Boletim da Sociedade
Nº 62

Órgão Informativo da
Sociedade
Numismática Brasileira



2º Semestre - 2008

Edição: Gilberto Fernando Tenor
Editoração eletrônica e impressão: New Impress Gráfica e Editora
Tiragem: 1.000 exemplares.
Responsável: Pedro Zan - Reg. MTB nº 10.891
Colaboradores: Claudio Schroeder, Jair de Almeida Branco, Marco Túlio Freire Baptista e Sérgio Marques da Silva.
Capas e página de apresentação: Imperador Showa Showa Tennō (Hirohito), com sobreposição da moeda de 2 reais comemorativa ao Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil (1926)
Página de apresentação: Imperatriz Kōjun (1926)

Palavras do Presidente

Amigos Numismatas,

Cordiais saudações.

Chegamos ao final de mais um ano, com a grata satisfação de informar que a maioria dos projetos foram plenamente concluídos, porém, ainda há muito a realizar. Encerraremos o ano com mais um desafio: promover o VI Congresso Brasileiro de Numismática, evento que já faz parte do calendário internacional e consolida-se como o mais importante do Brasil, que agrega, ano a ano representantes de várias partes do mundo.

Além do já tradicional leilão para associados, foram selecionadas palestras com temas muito interessantes de pesquisadores nacionais e internacionais e exposições imperdíveis sobre os temas: “A Arquitetura na Numismática” e “A Escrita na Numismática”, além do lançamento de dois livros: A 12ª Edição do “Livro das Moedas do Brasil” – Claudio Amato e Irlei Neves e “A Casa da Moeda de São Paulo, a primeira do Brasil e os meios de pagamento emitidos nesta cidade” – Alfredo e Fernanda Gallas.

Neste número você encontrará artigos muito interessantes sobre a numismática brasileira: o carimbo do Ceará, o dinheiro particular em Taquara, o início da SNB na Sociedade Philatelica Paulista e muito mais...

Desejo a todos uma boa leitura.

Cláudio Marcos Angelini
Presidente

Sumário



VI Congresso Latino-Americano de Numismática

4 a 7 de dezembro de 2008 – São Paulo – Brasil

A **Sociedade Numismática Brasileira**, uma das mais antigas associações da América Latina, tem o prazer de convidá-lo para participar do **"VI Congresso Latino-Americano de Numismática"**, de 04 a 07 de dezembro de 2008, na cidade de São Paulo, Brasil.

O **"VI Congresso Latino-Americano de Numismática"** visa a integração das Associações e dos colecionadores latino-americanos através da promoção de exposições, palestras, leilões e comercialização.

O evento será realizado em São Paulo, próximo ao centro financeiro da maior cidade da América do Sul, com diárias especiais para os participantes do Congresso, e mais de 50 mesas de comercialização, num salão único, com todas as condições necessárias para o conforto e segurança dos participantes.

LOCAL

Grand Hotel Ca d'Oro

Rua Augusta, 129 São Paulo SP Brasil • Fone: (5511) 3236-4300

www.cadoro.com.br • e-mail: cadoro@cadoro.com.br

PROGRAMAÇÃO

04.12.2008 quinta-feira - jueves - thursday

9:00h	Abertura do salão para comerciantes, expositores, vps - Credenciamento do público
9:40h	Cerimônia de abertura oficial do congresso com apresentação da Medalha Comemorativa e abertura das exposições
10:30-19:00h	Abertura do salão para o público
13:00-18:00h	Verificação das peças do leilão
14:00h	Critérios para graduação de moedas por Estado de Conservação - PCGS - Muriel Eymery
15:00h	Palestra: "O Caminho do Dinheiro - 200 anos de moedas comemorativas" - Paulo Amauri de Oliveira Mello (BCB)
16:00h	Palestra: "Moeda e Poder no século IV. Constantino e a transformação do Império Romano" - Claudio Umpierre Carlan
17:00h	Palestra: "Bicentenário do Banco do Brasil e a Numismática" - Claudio Schroeder
18:00h	Lançamento do Livro das Moedas do Brasill - 12 ª Edição - Cláudio Amato/Irlei S. das Neves. Lançamento do Livro "A Casa da Moeda de São Paulo e a primeira do Brasil e os Meios de pagamento emitidos nesta cidade" - Alfredo O.G.Gallas e Fernanda D.Gallas.
20:00h	Jantar por adesão

05.12.2008 sexta-feira - viernes - friday	
9:00h	Abertura do salão para comerciantes, expositores, vips - Credenciamento do público
10:30-19:00h	Abertura do salão para o público
10:00-18:00h	Verificação das peças do leilão
14:00h	Palestra:"Da criação, Desenvolvimento de Produto à obtenção de Matrizes para produção de Moedas e Medalhas" - Luiz Henrique Peixoto Ferreira - Casa da Moeda do Brasil
15:00h	Palestra: " Moedas de Poseidonia-Paestum na coleção do MHNRJ " - Profª Marici Magalhães (MHNRJ)
16:00h	Palestra: "Sicily - The Fist Bronze Coinage - A Primeira cunhagem em Bronze " - Prof. John Morcom (Universidade de Londres)
17:00h	Palestra: "The Historia Numorum Project - O Projeto Historia Numorum " - Prof. Keith Rutter (Universidade de Edinburgh)
21:00h	Jantar de Confraternização

06.12.2008 sábado - sábado - saturday	
9:00h	Abertura do salão para comerciantes, expositores, vips - Credenciamento do público
10:00-19:00h	Abertura do salão para o público
10:00-13:00h	Verificação das peças do leilão
11:00h	Reunião com Associações Numismáticas
14:30h	Início do Leilão
21:30h	Jantar por adesão

07.12.2008 domingo - domingo - sunday	
9:00h-12:00h	Abertura do salão para comerciantes, expositores, vips e público.
13:00h	Cerimônia de Encerramento

ORGANIZAÇÃO

Comissão Executiva

Walter Arruda de Menezes

Gilberto Fernando Tenor

Wiron Cintra

Comissão Científica

Claúdio Marcos Angelini

Hilton Magri Lúcio

Maria Beatriz Borba Florenzano

Comissão Leilão Especial

José Alberto Borges da Cruz

José Serrano Neto

Idenyldo Silva

Comissão de Divulgação

Alfredo Gallas

Fernanda Disperati Gallas

Fábio de Souza

Medalha do VI Congresso Latino-Americano de Numismática





A Sociedade Numismática Brasileira, no intuito de perpetuar o importante evento, que é o nosso VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE NUMISMÁTICA, que estará sendo realizado no período de 04 a 07 de dezembro de 2008, providenciou a cunhagem de mais uma medalha para tal acontecimento.

As medalhas serão cunhadas em ouro, prata, cobre e bronze; e nela estará estampada a moeda hispano-americana de 8 reales de 1818, efígie de Ferdinando VII, com carimbo brasileiro de 960 réis, aplicado na província de Cuiabá.

Elas terão o diâmetro de 55 mm, com criação de Fábio de Souza, Gravação de Aristides Sá Leitão e cunhagem feita pela Prataria Consentino.

Sociedade lança selos personalizados para comemorar o VI CLAN

A Sociedade Numismática Brasileira lançará no dia 4 de Dezembro, duas séries de selos personalizados em comemoração a realização do VI Congresso Latino-Americano de Numismática.



Uma das séries apresenta a imagem da logo do VI CLAN agregado ao selo do Ipê amarelo e da Bandeira Nacional.



A segunda apresenta a belíssima série do Rio de Janeiro com 6 selos diferentes e a logomarca oficial do VI CLAN.

O preço de comercialização de cada folha com 12 selos será de R$ 40,00 com série limitadíssima.

Garanta já o seu junto à secretaria da SNB.

Representantes da Família de Orleans e Bragança participam do lançamento de medalhas comemorativas

No dia 31 de Maio ocorreu o lançamento das medalhas comemorativas alusivas a chegada da Família Real no Brasil com a presença de representantes da Casa de Orleans e Bragança, os Príncipes Imperiais e Reais Senhor Dom Luiz de Orleans e Bragança - Chefe da Casa Imperial do Brasil e seu irmão, Dom Bertrand de Orleans e Bragança.



Dom Luiz e Dom Bertrand

Na ocasião, o Presidente da SNB, Cláudio Marcos Angelini ofereceu um exemplar da medalha comemorativa em prata, além de um belíssimo certificado que homenageou a presença de figuras tão ilustres no Encontro Especial de Maio promovido pela Sociedade Numismática Brasileira.



Entrega do diploma à Casa Imperial do Brasil pela Sociedade Numismática

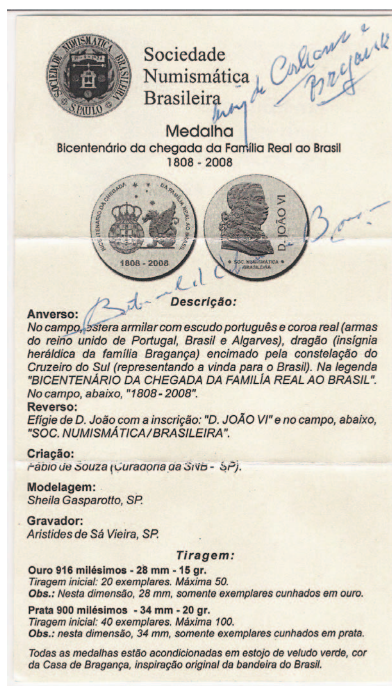
O evento ocorreu nas dependências do Grand Hotel Ca' D'oro com a participação de inúmeros convidados entre colecionadores e comerciantes do Brasil e do exterior.



Recepção aos Príncipes pela Diretoria da SNB

O sucesso do Encontro se deu, além da presença marcante dos Príncipes Imperiais e Reais, da comercialização em sua totalidade das medalhas cunhadas em ouro e na grande maioria das medalhas cunhadas em prata, lembrando que nova cunhagem somente ocorrera mediante reserva junto à secretaria da SNB.





Sociedade
Numismática
Brasileira

Medalha

Bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil

1808 - 2008

Descrição:

Anverso:
No campo, esfera armilar com escudo português e coroa real (armas do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves), dragão (insígnia heráldica da família Bragança) encimado pela constelação do Cruzeiro do Sul (representando a vinda para o Brasil). Na legenda "BICENTENÁRIO DA CHEGADA DA FAMILÍA REAL AO BRASIL". No campo, abaixo, "1808 - 2008".

Reverso:
Efígie de D. João com a inscrição: "D. JOÃO VI" e no campo, abaixo, "SOC. NUMISMÁTICA/BRASILEIRA".

Criação:
Fábio de Souza (Curadoria da SNB - SP).

Modelagem:
Sheila Gasparotto, SP.

Gravador:
Aristides de Sá Vieira, SP.

Tiragem:

Ouro 916 milésimos - 28 mm - 15 gr.
Tiragem inicial: 20 exemplares. Máxima 50.
***Obs.:** Nesta dimensão, 28 mm, somente exemplares cunhados em ouro.*

Prata 900 milésimos - 34 mm - 20 gr.
Tiragem inicial: 40 exemplares. Máxima 100.
***Obs.:** nesta dimensão, 34 mm, somente exemplares cunhados em prata.*

Todas as medalhas estão acondicionadas em estojo de veludo verde, cor da Casa de Bragança, inspiração original da bandeira do Brasil.

Boletim e Certificado da medalha autografados pelos Princípes

No dia 31 de Maio ocorreu o lançamento das medalhas comemorativas alusivas a chegada da Família Real no Brasil com a presença de representantes da Casa de Orleans e Bragança, os Príncipes Imperiais e Reais Senhor Dom Luiz de Orleans e Bragança - Chefe da Casa Imperial do Brasil e seu irmão, Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

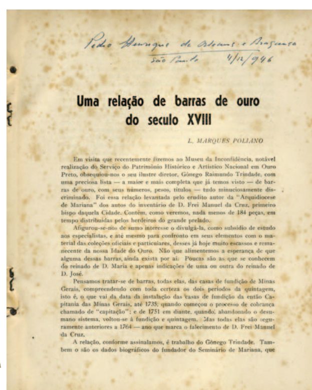
Descoberta Imperial

Gilberto Fernando Tenor

Depois de recepcionar Dom Luiz e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, deparamo-nos agora com uma descoberta feita pelo acaso. Procurando uma matéria sobre o Museu Paulista, deparo-me com a Revista Numismática nº 1-4, ano XIII do ano de 1945, com grande destaque sobre esse assunto. Não foi minha surpresa, que ao abrir a citada revista, encontro um autografo na mesma, do Exmo. Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, pai dos Príncipes que nos visitaram, datado de 04 de dezembro de 1946, quando de sua visita a Sociedade Numismática Brasileira.

Sem querer, repetimos o mesmo gesto de algum numismata do passado que queria perpetuar esse importante fato. Como não poderia ser diferente, a citada revista está sendo doada por mim, a fim de ser incorporada ao nosso Museu Numismático.





Pedro Henrique de Orleans e Bragança
São Paulo 4/12/946

Uma relação de barras de ouro do seculo XVIII

L. MARQUES POLIANO

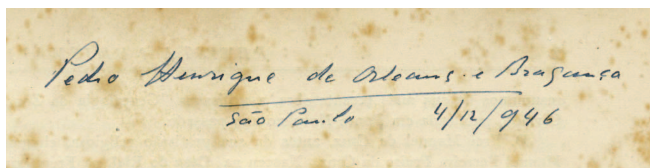
Em visita que recentemente fizemos ao Museu da Inconfidência, notável realização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional em Ouro Preto, obsequiou-nos o seu ilustre diretor, Gônego Raimundo Trindade, com uma preciosa lista — a maior e mais completa que já temos visto — de barras de ouro, com seus números, pesos, titulos — tudo minuciosamente discriminado. Foi essa relação levantada pelo erudito autor da "Arquidiocese de Mariana" dos autos do inventário de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo daquela Cidade. Contém, como veremos, nada menos de 184 peças, em tempo distribuidas pelos herdeiros do grande prelado.

Afigurou-se-nos de sumo interesse o divulgá-la, como subsidio de estudo aos especialistas, e até mesmo para confronto em seus elementos com o material das coleções oficiais e particulares, desses já hoje muito escassos e remanecente da nossa Idade do Ouro. Não que alimentemos a esperança de que alguma dessas barras, ainda exista por aí. Poucas são as que se conhecem do reinado de D. Maria e apenas indicações de uma ou outra do reinado de D. José.

Pensamos tratar-se de barras, todas elas, das casas de fundição de Minas Gerais, compreendendo com toda certeza os dois periodos da quintagem, isto é, o que vai da data da instalação das casas de fundição da então Capitania das Minas Gerais, até 1735; quando começou o processo de cobrança chamado de "capitação"; e de 1751 em diante, quando, abandonado o desumano sistema, voltou-se á fundição e quintagem. Mas todas elas são seguramente anteriores a 1764 — ano que marca o falecimento de D. Frei Manuel da Cruz.

A relação, conforme assinalamos, é trabalho do Gônego Trindade. Tambem o são os dados biográficos do fundador do Seminário de Mariana, que





Dom Pedro Henrique

A Sociedade Numismática Brasileira e a Sociedade Philatelica Paulista

Na abertura do VI Congresso Latino-Americano de Numismática, estaremos homenageando a Sociedade Philatelica Paulista, entidade aonde, em meados de 1923, foi gerada a sugestão de constituição de uma nova entidade para congregar os colecionadores de moedas, da Sociedade Numismática Brasileira. Conforme as primeiras atas e textos dos boletins da SNB, os fundadores da SNB se interessavam e se dedicavam mais ao colecionismo de medalhas e moedas e quiseram fundar uma sociedade de assuntos numismáticos, pois era bem grande o número de colecionadores conhecidos então.

Constam na ata de fundação, de 19 de janeiro de 1924, os doze idealistas: Agostinho Prandini, Dr. Raul Whitaker, Dr. Martins Passos, Dr. Humberto Pereira dos Santos, Dr. Carlos Bezerra de Miranda, Dr. Costa Valente, Francisco de Salles Collet e Silva, Carlos de Almeida Braga, Zuinglio Homem de Mello, Vicente Scandurra, Christiano Ferraz e Octavio Braga; que se declararam na mesma, faziam parte da Sociedade Philatelica Paulista, transparecendo a falta de ambiente para atividades numismáticas, pois resolveram os Associados presentes enviar um oficio à Sociedade Philatelica, comunicando-lhe a fundação da Sociedade Numismática Brasileira e pedindo o desligamento do quadro social daquela entidade, dos Associados que a ela pertenciam e que manifestaram o desejo de retirar-se da mesma.

Enfim, tais desligamentos não houve, nem houve dissidência ou descontentamento. Tanto que a Sociedade Filatélica é nossa associada desde a fundação da SNB, recebendo o número 0002, o que muito nos orgulha.

Ambas as entidades cunharam suas medalhas de fundação no mesmo fabricante italiano, S. Johnson. A Sociedade Philatelica ainda preserva as provas da medalha de fundação, sendo as que as SNB, foram doadas ao Museu Histórico Nacional.





Medalha da Fundação





Provas da medalha



Histórico da Sociedade Philatelica Paulista

Sergio Marques da Silva



A Sociedade Philatelica Paulista foi fundada em 30 de abril de 1919, tendo sua primeira reunião na mansão de William Edward Lee, que recepcionou mais 10 filatelistas para essa, que seria a reunião de fundação da Sociedade Philatelica Paulista, ao qual acabou elegendo seu primeiro presidente, o próprio William Lee.

Logo que iniciaram as atividades da SPP, foi cunhada uma medalha de bronze, em Milão, comemorando a fundação da Sociedade e para ser distribuída a associados que se distinguissem por dedicação a SPP, sendo a mesma referendada até 1933.

Em 1934 a SPP viveu uma crise bastante séria, quando numerosos Associados, inclusive fundadores e ex-presidentes, retiraram-se do quadro social para fundar a Sociedade Philatelica Bandeirante.

Durante sete anos coexistiram em São Paulo as duas associações com programas idênticos, inclusive revistas de ótima qualidade, porém de manutenção onerosa com evidente desperdício de forças. Impunha-se a fusão das duas sociedades que, felizmente, ocorreu em novembro de 1940, mantendo-se o nome de Sociedade Philatelica Paulista.

Após as primeiras reuniões na residência de William E. Lee, na Rua Santo Antônio nº 83, a SPP instalou-se numa sala alugada à Rua Líbero Badaró nº 142, em julho de 1919. Daí até a aquisição

da primeira sede própria, em agosto de 1958, na Avenida São João 35, 18º andar, Edifício Martinelli, a SPP passou por oito sedes diferentes. No antigo Martinelli, a SPP permaneceu por 14 anos e por inadequação do ambiente, do então decadente edifício, foi decidida a mudança para uma nova sede própria. Em 28 de novembro de 1971 a SPP instala-se definitivamente em sua ampla sede atual, no Largo do Paissandu nº 51, no 17º andar, no coração da cidade de São Paulo. A SPP sempre esteve presente na filatelia, mesmo com sede em diversos lugares, na divulgação do colecionismo de selos.

A SPP continua, com a colaboração de todos, a ser a "Academia Brasileira de Filatelia". Temos a maior biblioteca filatélica do país, com mais de 10.000 volumes diversos, todos exclusivamente sobre filatelia. Fazemos exposições de coleções diversas, realizamos palestras, damos aulas para iniciantes, participamos com expositores e jurados em todas as exposições realizadas pelos Correios. A maioria dos jornalistas filatélicos do Brasil faz ou fizeram parte da SPP, em algum momento de suas vidas. Temos em nosso acervo um exemplar do selo "Olho de Boi" com carimbo de primeiro dia de circulação, uma raridade que é colocada à apreciação de seus associados, nas comemorações mais relevantes.

Muitos nomes importantes e de grande relevância passaram pela SPP ao longo de sua trajetória, citaremos apenas alguns, pois não seria possível relacionar todos, em 89 anos de atividades ininterruptas, houveram muitos momentos não documentados, e nomes não citados; Willian Edward Lee, José Kloke, Heitor Sanches, Mario de Santis, Luiz Levy, Humberto Cerruti, Itamar Bopp, Evaristo da Veiga, Paulo Ayres, Francisco da Nova Monteiro, Niso Viana, Roberto Thut, Ângelo A. A. Zione. Temos também, além de muitos presidentes da entidade, muitos colecionadores e expositores, que ganharam premiações dentro e fora do Brasil. Alem de Associados Beneméritos e Associados Honorários. Com certeza, mesmo relacionando quase todos, faltariam muitos a serem citados e homenageados.

A SPP se orgulha muito do seu quadro de associados, que expõem no Brasil e internacionalmente, levando o nome da SPP nas regiões mais distantes do mundo. Participamos em exposições em Portugal, Espanha, Rússia, China, Romênia, República Checa, Argentina, Paraguai, Estados Unidos, Colômbia etc. Independente de ser um boletim informativo ou um colecionador que esta competindo com sua coleção, nosso orgulho é que a SPP está lá através deles.

Com visão progressista, a SPP, com sua atual diretoria composta de elementos jovens, designados, a chegar ao centenário da entidade, com o dever cumprido. Além da diretoria temos o Conselho Fiscal, Conselho Consultivo formado por ex-presidentes, Associados Beneméritos, Associados Honorários, Associados Mantenedores, Associados Deliberantes e Associados Correspondentes.

Vão se oitenta e nove anos ininterruptos de atividades, sempre somando forças em prol da filatelia e com muita dedicação e amor a SPP.



Diretoria da Sociedade Philatelica Paulista

Biênio 2008/2009
Sérgio Marques da Silva, Reinaldo Jacob, Antonio Eleftheriou e Miguel Magalhães

A primeira Casa da Moeda projetada para o Brasil e fundada em S. Paulo em 1645

Affonso de E. Taunay

A primeira Casa da Moéda projetada para o Brasil e fundada em S. Paulo em 1645

AFFONSO DE E. TAUNAY

Nos primeiros anos de seu reinado entendeu Dom João IV, ou por êle o Conselho Ultramarino, instigado por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, estabelecer, no sul do Brasil, uma casa de fundição, quintagem de ouro e cunhagem de moeda.

Prosseguia a diretriz estabelecida por Dom Francisco de Souza na política da prospecção dos metais nobres, já em fins do século XVI.

Salvador Corrêa, no primeiro dos seus três períodos governamentais, assumiu o cargo de capitão-mor do Rio de Janeiro a 3 de abril de 1637, conforme nos conta Monsenhor Pizarro nas *Memórias,* (2,253) governando até 27 de junho de 1652.

A 10 de janeiro de 1639 representava a Felipe IV sôbre os prejuizos que vinha sofrendo a Fazenda Real por não terem as minas de São Paulo administrador quando já para elas havia caminho aberto pelo sertão. Desta situação procedia "faltarem os quintos reais".

Assim, pleiteava para si tal administração na forma que a tivera seu avô Salvador Corrêa de Sá.

Respondeu-lhe em nome do rei castelhano a Princesa Vice-Rainha de Portugal, Margarida, duquesa de Mântua, a futura deposta pelo movimento restaurador de primeiro de dezembro de 1640.

A 15 de novembro de 1639 avisava, de Lisboa, a Salvador Corrêa "esta materia se fica vendo e, entretanto, vos encomendo façaes com que o caminho do certão de serra (sic) e as minas corrão como em tempo de vosso avô não

se defraudando os direitos que pertencem á Fazenda Real, fazendo as beneficiar para que se tire delas a utilidade de antes do modo que fazia o vosso avô".

Pouco depois ocorreu a Restauração de Portugal e é de sobra sabido que a Salvador coube notável papel na adesão fluminense ao movimento restaurador em princípios de 1641.

Mas os cariocas receavam muito a reação castelhana e sabiam quanto a sua cidade era expugnável.

Para a defesa da barra da Guanabara havia unânime consenso: tornava-se indispensável construir-se a Fortaleza da Lge. E neste sentido reiteraram-se os pedidos e avisos de sua Câmara ao Rei solicitando recursos para a realização de tal obra.

Era então muito escasso o numerário existente no Brasil, onde corria indistintamente o moedário português e o espanhol, como de esperar.

O Governador Geral Antônio Teles da Silva, empossado a 30 de agôsto de 1642, ordenou que se recolhesse à Bahia todo o dinheiro em circulação no Estado, a fim de ser recunhado, o que provocou veementes protestos dos fluminenses, lesados pelo que correspondia à projetada senhoriagem.

O Procurador de seu Conselho, João de Castilho Pinto, representou ao Rei contra tal medida "cousa que o seu povo não havia aceitado bem, queixandose geralmente que na ocasião em que se estava desentranhando e tirando de sí o que não podia para a defesa da sua praça, tão miserável e tão atrasada e em especial tão desmantelada" viesse o Governador Geral exigir a entrega do seu dinheiro. Havia os mais fundados receios de que êsse numerário fôsse gasto na Bahia.

Exatamente naquela ocasião o bravo capitão-mor Luís Barbalho Bezerra a todos edificava, pela atitude de vassalo tão zeloso do serviço de Sua Majestade. Era sempre o primeiro no trabalho, carregando às costas a faxina, aplicando-se a todo mais, de maneira que a seu exemplo os moradores "tirando forsas da fraqueza acodiam a sua obrigação". O essencial da barra, para que pudesse ficar segura, era "hua fortaleza que podia fazer-se na lagem". De tudo já se achava S. M. informado.

Mostrava-se o momento angustioso, "tudo caíra de pancada". A construção da Lage andava orçada em trinta mil cruzados, segundo opinião de Luís Barbalho. Seria a "cousa de mais consideração que averia naquela praça com que ficaria segura".

O que se apurasse da recunhagem como senhoriagem das patacas e meias patacas, provindas do dinheiro fluminense, representava a parcela de maior valía para conclusão de tão indispensável obra.

Mandou D. João IV que o Conselho Ultramarino estudasse o caso e opinasse sôbre a representação.

E êste, a 19 de julho de 1644, em consulta assinada pelo Marquês de Montalvão, o antigo Vice-Rei do Brasil, Jorge de Castilho, Jorge de Albuquerque e João Delgado Figueira, historiou o processo.

Mandara Sua Majestade, havia pouco, que o tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa remetesse ao Govêrno Geral, na Bahia, cinquenta ferros de cunhar, destinados à recunhagem das patacas e meias patacas do Brasil.

Mas Antônio Teles da Silva se antecipara, mandando proceder à operção por sua conta e risco. O dinheiro que ela ia rendendo se guardava em arca especial onde ficaria em depósito até que Sua Majestade lhe desse destino.

Na Bahia realizava-se a entrega de todo o numerário. Contava-se que o recebimento do dinheiro miúdo sobrepujasse de muito o que já se recolhera das patacas e meias patacas.

Ressolvera El-Rei que metade de tal arrecadação se aplicasse oportunamente ao socorro de Angola, conquistada pelos holandeses. E de tal já estavam cientes a Câmara e o povo do Rio de Janeiro.

Mostravam-se um e outro desconfiados da intenção do Governador Geral e assoalhavam que êle exorbitava, excedendo às ordens régias. Sugeria o Conselho um alvitre: fôsse o resultado da cunhagem do dinheiro miúdo aplicado à construção da Fortaleza da Lage.

Tal medida parecia-lhe muito oportuna. Com isto obrigaria Sua Majestade os fluminenses a levar a sua moeda à recunhagem, o que de outra maneira não fariam.

"O povo ficará contente de ver que V. Mag. lhe differe o animado para ajudar com o que faltar. E V. Mag. bem servido com a praça fortificada e defensavel".

Discordou D. João IV de seus conselheiros. Decidiu que "do dinheiro do cunho das patacas aplicado ao socorro de Angola revertesse também a metade na mesma fortificação". As plantas para a nova fortaleza fôssem logo submetidas ao exame das autoridades. Se estas não as aprovassem, outras se delineassem.

A 19 de maio de 1645 informava o Conselho ao monarca que das obras da Fortaleza da Lage estava incumbido o arquiteto João de Balhesteiros, que iria ouvir "aos homens do mar para saber o fundo, a João Lopes Barbalho,

sobrinho do falecido Luiz Barbalho Bezerra e o secretario do Governo do Rio de Janeiro Afonso de Barros Caminha".

Daí resultaria a confecção da planta da fortificação que se haveria de obrar.

"Logo que S. Mag. a aprovasse, conviria escrever ao novo capitão mór governador do Rio de Janeiro, de maneira a se dispor a fortificação do melhor modo para a defensa e segurança" da sua cidade. Estava-se com muita diligência à procura de engenheiro, para a direção dos serviços, mas ainda não fôra êle encontrado. Logo que se descobrisse algum em condições, partiria para o Rio com tôda a brevidade possível.

Metade do dinheiro arrecadado com a recunhagem da moeda seria aplicada em tão desejada e desejável obra.

Continuava Salvador Corrêa na Europa, pleiteando a superintendência das minas da Repartição do Sul.

A 1.° de junho de 1644, obtinha o que pretendia, alcançando de Dom João IV a nomeação de Administrador Geral das Minas de São Paulo, com 300 mil réis de ordenado anual e numerosa série de prerrogativas, vantagens e direitos.

Aconselhara ao Rei que se fundassem Casas da Moeda em São Paulo e no Rio de Janeiro e fôra atendido.

A 30 de maio de 1644 recebia o Regimento das mercês, cujo décimo-quarto artigo estatuía caber-lhe a maior liberdade para a escolha do local da projetada casa da moeda brasileira.

"Hey por bem que no lugar que mais acomodado vos parecer, façais Casa da Moeda em que as pessoas que tiverem ouro e o quizerem fundir em moeda o possam fazer, as quaes moedas serão da mesma maneira que neste Reino se fazem de tres mil reis e de tres mil e quinhentos reis e de setecentos e cincoenta reis."

Em tudo se regulariam os trabalhos das projetadas oficinas brasileiras pelas normas da de Lisboa. E esta teria de entregar a Salvador os cunhos destinados a amoedar o ouro do Brasil.

Logo que se soube da decisão régia sôbre a nova fundição no Brasil, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, apareceram candidatos a ocupar os principais cargos do funcionalismo das futuras Casas da Moeda.

Domingos Joseph "tendo notícia que S. Magestade mandara se fizesse casa da moeda no Rio de Janeiro ou São Paulo" alegou ao soberano os seus títulos de moedeiro na de Lisboa, havia dezoito anos. Desejava ser nomeado capataz da Casa brasileira.

Tinha, afirmava, "todas as partes para servir" e queria embarcar com Salvador Corrêa de Sá. E assim pedia ao Rei que lhe fizesse mercê do emprêgo "mandando lhe sinalar ordenado, avendo consideração a ser tão distante deste Reyno e hua ajuda de custo para se aviar e embarcar".

Na mesma ocasião, Antônio Roiz de Matos propôs-se a também servir na casa do Rio de Janeiro ou na de São Paulo. Afirmou ser "ensaiador e dextro em tudo o que pertencia ao lavrar da moeda".

Pediu ao Rei a mercê de o prover no ofício de ensaiador na casa projetada mandando-lhe "sinalar salarios e uma ajuda de custo para se aviar e embarcar com Salvador Correa de Sá, avendo respeito a ser parte tão distante"

Subiram os dois requerimentos ao Conselho Ultramarino e êste a tal propósito pediu o parecer do Juiz e Tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa.

Declarou êste alto funcionário que em sua oficina se pagava ao capataz, lavrador de ouro, em barras, sessenta réis e meio "de feitio de cada masso de ouro que entregasse lavrado feito em moedas meias e quartas cunhadas, branqueadas e de todo acabadas".

Dessa taxa de sessenta réis e meio cabia ao cunhador pagar-se de todo o custo que fizesse.

Ora, tal praxe não podia estender-se à projetada casa que Sua Majestade fôra servido mandar abrir no Rio de Janeiro, pela incerteza de alí haver, ou não, ouro que se lavrasse.

Poroutro lado, não era justo que Domingos Joseph partisse para terras estranhas deixando mulher e filhos, "para talvez permanecer sem ocupação nem rendimento de oficio".

Assim em seu entender e consultados os oficiais que trabalhavam na Casa da Moeda de Lisboa, era de parecer que a Domingos não se pagasse "por massos nem se dessem os sessenta reis de feitio".

Convinha que se lhe atribuissem vencimentos fixos até um máximo de duzentos cruzados anuais "para poder passar comodamente, trabalhando ou não trabalhando" e mais vinte mil réis de ajuda de custo "para sua embarcação e aviamento".

Quanto à pretensão de Matos, informou o Juiz Tesoureiro que em sua Casa da Moeda o ensaiador recebia anualmente, fixos, seis mil e cem réis. Percebia porém o emolumento de 240 réis por qualquer ensaio de ouro a que procedesse, taxa paga pelas partes que recorriam à sua perícia. As despesas com a água-forte e outros materiais do ofício corriam por sua conta.

O abridor de cunhos ganhava quarenta mil réis anuais. Sendo a acumulação de cargos proibida, conviria dar a Matos, para seu susento, ordendo su-

ficiente, já que não podia cobrar os 240 réis dos ensaios. A água-forte e outros materiais lhe seriam fornecidos pela Fazenda Real, além de tudo.

Assim sendo, o menos que se lhe podia arbitrar seria um ordenado de cem mil réis anuais por se tratar de "oficio da mayor e mais confiança" numa Casa de Moeda.

Além de tudo, era o candidato boa pessoa, ourives de profissão; aprendera o ofício em Sevilha, com o ensaiador da Casa da Moeda local, apresentando honrosa certidão dêsse alto funcionário sevilhano.

Afirmava êle que Matos se mostrava "suficiente para poder ensayar ouro e exercitar o dito oficio".

Como ajuda de custo para a jornada ao Brasil, 30$000 lhe fôssem arbitrados. Aconselhou o Conselho ao Rei que a Domingos de Matos se pagasse o mesmo ordenado ânuo, de oitenta mil réis, e a mesma ajuda de custo, dezesseis mil réis. Os sessenta réis e meio atribuidos ao primeiro ficariam, contudo, para a Fazenda Real, assim como os duzentos e quarenta réis eventuais do segundo.

Parcimoniosos os senhores membros do Conselho Ultramarino... Mostrava-se Dom João IV sobremodo interessado a que se fundasse a Casa da Moeda do Brasil, no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A 28 de novembro de 1644, enviava o seguinte lembrete aos seus conselheiros: "Saiba o Conselho se estão prevenidos os mais officiais para esta Caza e quantos ha de haver nella".

Apressavam-se os consultados em responder ao seu real senhor. A nove de dezembro imediato notificaram-lhe que se "ordenava a Salvador Correa de Sá declarasse se tinha prevenido mais oficiais que erão necessarios para estas fabricas como Sua Magestade mandava".

Respondera que os dois homens "por hora bastavam, porque o ensayador Rodrigues era abridor de armas, ourives e cunhador, e o capataz, Domingos Joseph, serviria para o mais que fosse necessario". Por hora "não eram necessarios mais pessoas porque para o mais trabalho não faltava gente no Brasil".

Convinha que desde aquêle momento se significasse a ambos os futuros funcionários da Casa da Moeda brasileira, "ordem para se embarcarem logo".

Não sabemos quando chegou Salvador Corrêa ao Rio de Janeiro. Existe, porém, no Arquivo Municipal de São Paulo, uma "carta de despedida" que ele dalí endereçou a 24 de junho de 1645 à Câmara de São Paulo, ao partir novamente para o Reino. Nela lamentava o estado anárquico reinante em sua

vila, que então atravessava os anos turbulentíssimos do início da guerra civil entre Pires e Camargos.

Como derivativo a tanta desordem aconselhava aos paulistas pesquisas no sentido de se descobrirem novas minas de ouro. E ao terminar *recomendava a cunhagem do metal na Casa da Moeda de São Paulo.*

Assim, pois, já nessa época existia tal oficina na vila paulistana. Homem de notabilíssima inteligência como era, resolvera o futuro restaurador de Angola, usar da prerrogativa da escolha que o monarca lhe dera, fixando o local da nova fundação em São Paulo.

Nada mais natural e mais lógico.

Nas vizinhanças da vila havia o ouro, embora escasso, das faisqueiras do Jaraguá e do Vuturuna. E, mais afastadamente, o do litoral, em Iguape e Cananéia. Entretanto, em tôrno do Rio de Janeiro nada se descobrira ainda. em matéria de jazigos auríferos, como até hoje ocorre. Assim, a Casa da Moeda de São Paulo deve ter iniciado os seus trabalhos no primeiro semestre de 1645.

Terão nela funcionado o ensaiador Antônio Roiz de Matos e o capataz Domingos Joseph? É o que de todo ignoramos. Quer-nos parecer que não.

As novidades que acabamos de divulgar colhemo-las em documentos do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. Vieram-nos às mãos graças à suma gentileza do sr. Antônio Felipe, digno funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Longos anos copiou o sr. Antônio Felipe documentos para os *Anais do Museu Paulista,* prestando muito valiosos serviços à instituição que tinhamos então a honra de dirigir.

Pertencem os papéis que analisamos a um códice intitulado "Livro da Caza que serve na fazenda del Rey Nosso Senhor e à Repartição da India", a fls. 211, 212, 226, 227, 302 a 327, 343, 344, 348.

Ainda a propósito do caso da Fortaleza da Lage encontrou o sr. Antônio Felipe um papel (a fls. 410) referente a nova consulta do Conselho Ultramarino. Resolvera D. João IV que metade dos direitos de cunhagem do dinheiro da Capitania de São Vicente, enviado à Bahia, se aplicasse à obra da Lage. Informou o Conselho que a remessa vicentina fôra de doze mil cruzados (4:800$) e que a senhoriagem do dinheiro fluminense, igualmente enviado à Bahia, montava a sete mil cruzados (2:800$). Ainda nada viera da cidade d'O Salvador e por êste motivo ainda nada se obrara "no sentido de fazersse a dita fortza. da Lagem".

Opinou o Conselho, a 20 de novembro de 1645, que os dezenove mil cruzados fôssem logo remetidos para o Rio de Janeiro, pelo Governador Geral e

o Provedor-Mor da Fazenda Real. Com êles se encetassem imediatamente os serviços da fortificação do famoso ilhéu da barra guanabarina.

A êste parecer, datado de 20 de novembro de 1645, subscreveu também Salvador Corrêa, recém-chegado do Brasil (Ibid a fls. 410).

Mais um documento nos enviou o sr. Antônio Felipe, o de fls. 678: "o traslado de uma carta de Bartolomeu Fernandes de Faria sôbre as minas de ouro de S. Paulo". Data-se tal cópia de 3 de setembro de 1648. Refere-se a ensaios de fundição de minérios auríferos, que êle, Faria, mandara proceder em São Paulo, e em cinco amostras trazidas por Gabriel de Lara das minas por êle descobertas em Pernagoá.

Pesavam ao todo 70 e meia onças (2273 gr 7) e de sua fundição haviam resultado doze e meia oitavas (45 gr) e mais sessenta réis de ouro. Assim o teor do minério alcançara quase dois por cento, o que era animador.

Declarava Bartolomeu Fernandes: "a bondade do ouro e os quilates verá Vossa Senhoria que diz o fundidor tem vinte e tres".



Artigo fac-similar da Revista Numismática

Carimbo do Ceará

Marco Túlio Freire Baptista

Em 1834 a Província do Ceará aplicou sobre as moedas de cobre uma contra-marca com o objetivo de reduzir o seu valor, aproximando-o do valor real do metal nestas moedas. Este procedimento também impedia a saída das moedas da província, garantindo o meio circulante de baixo valor. Este carimbo está envolto de uma aura de mistério, desinformações e falsificações. Sendo assim, faz-se necessário uma revisão a esse respeito.

O período Regencial foi extremamente conturbado politicamente, sendo deflagradas diversas revoltas e motins. A reboque deste estado de coisas vinham problemas econômico-sociais, bem caracterizados pelos constantes desmandos provinciais, banditismo e falsificações da moeda nacional.

No início da década de 30 do século XIX, havia tanto cobre falso circulando pelo Império que o Governo Regencial se viu obrigado a substituí-lo por cédulas. Tarefa extremamente difícil para aquela época, pois a substituição deste meio circulante de baixo valor demandava não só o recolhimento, mas a triagem das falsificações e o exato registro da operação. Intempestivamente aprovou-se a Lei n° 52, de 3 de outubro de 1833[1], que determinava o recolhimento de todo o cobre às tesourarias provinciais, onde seriam trocados por cédulas. Outras medidas, como o recolhimento de 5% para a Fazenda Pública e o corte das moedas julgadas falsas, também eram previstas no corpo desta lei. O valor indenizado fora fixado em 1280 réis por libra de cobre (exceção a algumas províncias onde este valor era maior[2]). Lembra-se que findo o prazo de dois meses, ninguém era obrigado a receber valor acima de 1$000 em moedas de cobre.

O então Ministro da Fazenda, Sr. Cândido José de Araujo Viana, acreditava que seria possível preparar todas as províncias, suprindo-as com cédulas suficientes, de tal forma que se procedesse ao "troco do cobre" simultaneamente em toda a Nação[3].

---

[1] CAVALCANTI, 1983. p.417.
[2] Nota: nas províncias de Mato Grosso, Goiás e S. Paulo o valor fixado foi de 2560 réis por libra; conforme regulamento da Lei n° 52. CAVALCANTE, 1983. P.418.
[3] Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 07 de maio de 1834. p.11.

A Província do Ceará, como as demais distantes da capital, sofria com a demora para receber o montante de cédulas, sendo realizada a troca do cobre com metade do valor devolvido em conhecimentos circuláveis, os quais seriam substituídos por cédulas posteriormente. Isso impactou nas atividades comerciais internas da província, pois a circulação geral de mercadorias no interior dependia das moedas de baixo valor e sua escassez poderia levar à paralisação de tais atividades.

Em 08 de outubro de 1833, nova lei criou o Novo Banco do Brasil o que demandou a confecção de novas cédulas para substituir e uniformizar o meio circulante (já autorizada por lei aprovada na Assembléia Geral Legislativa em 01 de junho de 1833). Estas cédulas, do novo padrão aprovado, serviriam para substituir as do extinto Banco do Brasil, as cédulas da Casa da Moeda da Bahia e também as cédulas recém emitidas para a substituição em troco do cobre[4].

Faz-se necessária uma pausa para avaliar a composição do meio circulante nacional. Neste momento era composto de:

a) Notas do Banco do Brasil, do velho e do novo padrão;
b) Moedas de cobre, legais e ilegais, cunhadas sem peso nem conta conhecidos;
c) Cédulas do Tesouro emitidas para troco do cobre falso na Bahia, (incrivelmente) mandadas voltar a circular!;
d) Conhecimentos emitidos para o mesmo fim, na falta das ditas cédulas;
e) Notas do Banco do Brasil e cédulas do Tesouro falsas, nos diversos pontos do país[5].

Entrava-se em 1834 e o processo de troca do cobre estava emperrado, devido à morosidade do Governo em providenciar as referidas cédulas.

O Ceará era governado pelo T.Cel. Ignacio Corrêa de Vasconcellos que assumira a presidência da província em 26 de novembro de 1833.

[4] Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 08 de maio de 1835. p.26-27.
[5] Vida Econômica e Financeira do Brasil. Conferência realizada pelo Dr. Amaro Cavalcanti a 05 de setembro de 1914. Anais BN 1916 vol 38.

Vasconcellos desempenhou um papel muito importante, como Comandante das Armas do Maranhão, proporcionando a pacificação desta província. Por tal feito foi nomeado Comandante das Armas da província do Grão-Pará, juntamente como o novo presidente daquela província. Aportou em Belém no paquete à vela "Feliz" a seis de abril de 1833. Os Dois novos enviados da Corte, Vasconcellos e o presidente, desembargador José Mariani, foram impedidos de desembarcar, pois o povo e as figuras ilustres paraenses temiam um novo governo despótico, já que ambos tinham convicções restauradoras. Na empreitada contra o novo governo, tomou a liderança o presidente substituído, Machado de Oliveira, que após algumas escaramuças contra forças "restauradoras", firmou-se no governo[6]. Para solucionar o impasse, a Corte nomeou o Dr. Mariani para a presidência do Rio Grande do Sul e Vasconcelos para a presidência do Ceará.

Vasconcellos foi nomeado por Carta Imperial de 1° de agosto de 1833 e chegou ao Ceará em 24 de novembro, assumindo a presidência da província a 26 daquele mês. Nesta província encontrou diversas agitações, caracterizada por banditismo e movimentos de insatisfação popular[7]. Entre muitos problemas, a insatisfação do comércio local com a falta de troco e o recolhimento do cobre marcavam a vida na capital.

Visando amenizar a insatisfação local, não tardou a tomar uma atitude de clara desobediência às ordens regenciais, mandando punçar uma contra-marca nas moedas de cobre já recolhidas (e ainda não enviadas à Corte), quando seria feita a verificação das mesmas e devolvidas a circular com o valor igual à metade do nominal[8]. Esta medida preservava o comércio interno e dava certa credibilidade para o cobre, evitando que este sumisse das negociações.

Assim, foram carimbadas e devolvidas a circulação na província cerca de 50 contos de réis (48:000$000)[9].

---

[6] BOITEUX, 1943, p. 85.

[7] INSTITUTO DO CEARÁ, Presidentes do Ceará. Gráfica O Povo LTDA. 1973.

[8] Nota: Em portaria do Tesouro Público Nacional de 28 de novembro de 1834, Manoel do Castro e Silva dá conta do ofício n° 20, de 16 de outubro de 1834, do presidente da Província do Ceará (José de Alencar), onde este declara que a medida de contra-marcar o cobre já recolhido naquela província e pô-lo de volta à circulação fora tomada pelo seu antecessor. Esta medida já teria sido informada ao conselho do Tesouro Nacional pelo ofício n° 12 de 16 de julho de 1834. (CAVALCANTI, 1983. p.462)

[9] Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 08 de maio de 1835. Anexo p.9 obs. 9.

Era um carimbo unifacial que constava de uma estrela de cinco raios, contendo as letras da palavra CEARÁ, uma em cada raio, e outra estrela pequena, também de cinco raios, no centro.



O breve governo de Vasconcellos encerrou em menos de um ano (06 de outubro de 1834), seguindo ele para a Bahia, onde exerceu o comando do Arsenal de Guerra[10]. Em sua substituição a Regência nomeou José Martiniano de Alencar (pai do escritor homônimo) para a presidência da província.

José de Alencar nesta época já tinha um belo histórico de luta pela Independência e desavenças com o Governo Colonial; com a Regência, gozava de incômodo prestígio. Participou da Revolução Republicana de Pernambuco (1817), foi deputado nas cortes portuguesas e do Ceará, participou da Confederação do Equador (1824), foi presidente da Câmara dos Deputados (1830) e era senador (desde 1832).

Alencar, obviamente um liberal, mantinha intensa comunicação com outros liberais fortes do Brasil. Um bom exemplo é o pedido de auxílio feito pelo Cônego Batista Campos (revolucionário da Província do Pará) ao senador José de Alencar, em carta escrita em 1833, demonstrando sua força política[11].

O novo presidente da província logo ao assumir a função, apressou-se em escrever para seu compadre, o novo Ministro da

[10] INSTITUTO DO CEARÁ, 1973, p. 80.
[11] Carta escrita em 19 de novembro de 1833. Anais BN 1966, vol 86.

Fazenda, no Rio de Janeiro, e relatar os problemas que o afligiam. Por ofício de 16 de outubro ao Tribunal do Tesouro Público e em carta particular de 16 de novembro.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, o Ministro da Fazenda, não tardou a socorrer seu "compadre e amigo do coração"[12] e informá-lo de suas providências:

". . .Tãobem já remeti pela fragata Imperatriz em q foi o Costa Ferr.ª p.ª Mar.^{am} cem contos de rs em sedulas, e p.^{r} ignorar-se ainda do resultado da operação de q há p.^{te} off.^{al} algua, talvez venha a ser mui pouca a remessa: p^{r} tanto cumpre q V. active a remessa dessa parte official, ou me diga particular.^{e} quanto ainda precisa-se e quanto ainda em sedulas pequenas. Esa medida q ahi tomarão de redução das moedas de cobre havia necessariam^{e} ter esse resultado de afugentar da circulação essa moeda mais forte, e pôr em aperto as transações miudas, mas como infelim^{te} nos ate no meio circulante queremos fazer ensaios, e muitas coisas, só depois de levadas ao cadinho da experiencia acreditamos más, e q quer q lhe faça quando mal affecta toda a espécie humana!"[13]

Em relatório à Assembléia Geral Legislativa, Castro e Silva informou ter mandado cessar a prática imediatamente em documento datado de 28 de janeiro de 1835[14], no entanto sua carta particular (de 02 de janeiro) não parece conter severa repreensão.

Amaro Cavalcanti afirma que, pela demora em receber a correspondência, neste meio tempo, todas as moedas de cobre foram recolhidas para serem remarcadas e postas a circular com o seu valor reduzido à metade. Assim, o montante deve ser bem maior que os 48 contos de réis. No entanto, pela falta de evidências documentais, tal afirmação não encontra amparo. Nada indica que não havia moedas sem o Carimbo do Ceará para receberem o Carimbo Geral; muito pelo contrário, são relativamente escassas as moedas com os dois carimbos (Excluindo-se, é claro, as de carimbo falso, que por sua vez aparecem em grande quantidade).

Novamente em março de 1835, Castro e Silva informou ter mandado aprontar mais cem contos de réis em cédulas para enviar à Província do Ceará[15].

---

[12] Termo com o qual Manoel do Castro e Silva se referia a José de Alencar em todas as cartas.
[13] Carta escrita em 02 de janeiro de 1835. Anais BN 1966, vol. 86.
[14] Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 08 de maio de 1835.
[15] Carta escrita em 14 de março de 1835. Anais BN 1966, vol. 86.

Apesar dos esforços do Ministro da Fazenda, este declarou perante a Assembléia Geral Legislativa, em maio, que o processo de troco do cobre encontrava-se extremamente moroso devido à falta de cédulas de pequeno valor, ou seja, de um, dois e cinco mil réis: "De duas chapas de 1, 2 e 5$000 rs., huma jaz inutilisada, e a outra apenas pode expedir por dia huma insignificante somma."[16]

Com relação à desobediência provincial, o Governo Regencial já enfrentava revolta armada no Pará; o Maranhão já havia carimbado seus cobres e o processo de substituição destes por cédulas encontrava-se emperrado, enfrentar efetivamente esta atitude sem uma medida eficaz para a correção não parecia racional. Desta forma o problema arrastou-se até a resolução de legalizar a carimbagem de moedas de cobre em nome da Regência.

Com a Lei n° 53, promulgada a 6 de outubro de 1835, determinou-se praticamente as mesmas providências da lei de 1833, acrescentando a possibilidade de efetuar-se a devolução do cobre (ou metade deste, já deduzido os 5% do Tesouro) em moedas marcadas pela Regência, satisfazendo, assim, o desejo provincial de manutenção do meio circulante de baixo valor[17].

Esta lei foi regulamentada pelo decreto de 4 de novembro do mesmo ano, que determinou procedimentos especiais para as províncias, também relativo às Casas da Moeda onde foram cunhados os cobres. Para o Ceará, permaneceu o valor da metade, ou seja, o valor do carimbo já contra-marcado na província. Encerrava-se, assim, a carimbagem ilegal de moedas pelas províncias[18].

Uma portaria do Superior Tribunal de Justiça de 09 de outubro de 1835 determinava ao Juiz de Direito Dr. João Paulo de Miranda, da província da Bahia, que abrisse processo a fim de julgar Ignácio Correa de Vasconcellos por irregularidade no seu governo do Ceará, pela punção indevida em moedas de cobre[19].

Embora o problema do troco do cobre tenha perdurado por mais algum tempo, nada indica que ele tenha tido algum tipo de agravamento no Ceará (possivelmente devido à manutenção do carimbo do Ceará até a sua substituição pelo Carimbo Geral). Alencar, no seu discurso na Segunda Seção Ordinária da Assembléia Legislativa do Ceará, proferido a 01 de agosto de 1836 depois de

---

[16] Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda à Assembléia Geral Legislativa a 08 de maio de 1835.
[17] CAVALCANTI, 1983. p.453.
[18] Vida Econômica e Financeira do Brasil. 1914.
[19] INSTITUTO DO CEARÁ, 1973, PP. 80-81.

22 meses de governo, no qual fez o balanço do ano de 1835, nem sequer aborda a questão do troco do cobre. Quanto às finanças e ao comércio, declarou grande satisfação e otimismo: ". . .que os rendimentos das Alfandegas a estes trez annos financeiros últimos, tem hido em progressivo augmento, sendo no anno de 33 a 34 da quantia de 27:866$040, no de 34 a 35 de 40:433$816, e no anno 35 a 36 de 56:984$839, não se mettendo aqui o rendimento do mez de junho da Alfandega de Aracaty, . . . "[20]

Desta forma não parece possível que o presidente da província ou sua Assembléia pretendesse contrariar a Regência quanto às novas medidas adotadas no fim do ano anterior, que determinava a aplicação do Carimbo Geral para o cobre. Não sendo lícito imaginar a punção do Carimbo do Ceará ainda sobre moedas já marcadas com o Carimbo Geral. Importante lembrar que José de Alencar mantinha uma intensa correspondência com Manoel do Nascimento Castro e Silva, Ministro da Fazenda e seu compadre. Este, por sua vez, mantinha uma relação simbiótica com o outro, pois ainda não tinha desistido de "entregar seus ossos no Ceará" e poderia precisar de seu "pequeno emprego" na Alfândega daquela província[21]. O que não foi necessário, pois Feijó, ao assumir a Regência em outubro de 1835, o manteve no "Ministério do Coração", ainda na pasta da Fazenda[22].

Toda a documentação provincial parece ter sido perdida (ou se encontra nas mãos de algum colecionador) e hoje temos muita dificuldade em identificar quais carimbos são genuínos ou falsificações.

Certo é que existe uma quantidade muito grande de carimbos do Ceará falsificados, mas apesar da falta de documentação podemos seguir alguns parâmetros empíricos a fim de reunir elementos para uma melhor identificação:

1) É importante considerar-se o ano de aplicação desta contra-marca. Sua aplicação iniciou-se em 1834 e foi interrompida provavelmente antes do fim do primeiro semestre de 1835, antes mesmo de ser regulamentado o Carimbo Geral para todas as províncias. Desta forma é possível que falsificadores menos informados tenham aplicado o carimbo em moedas de data posterior a 1835.

[20] Falla com que o Exm.o Prezidente do Ceará abrio a Segunda Sessão Ordinária da Assemblea Legislativa da mesma província no dia 1o de agosto de 1836.
[21] Carta escrita em 02 de janeiro de 1835. Anais BN, 1966, vol. 86.
[22] Carta escrita em 18 de outubro de 1835. Anais BN, 1966, vol. 86.

Sendo assim, estes carimbos falsos são facilmente identificados.

2) A regulamentação da lei n° 53 de 1835[23] determinava a punção do Carimbo Geral também sobre as moedas já marcadas com carimbo provincial. Desta forma, podemos encontrar moedas com os dois carimbos. Como o Carimbo do Ceará é mais antigo, espera-se encontrar o Carimbo Geral sobreposto a ele. Moeda com a carimbagem invertida, ou seja, o do Ceará sobre o Geral, certamente é uma falsificação.



3) Sabendo-se da data de aplicação de ambos os carimbos, falsificadores mais atentos tomam o cuidado de não sobrepô-los. No entanto verifica-se que, normalmente, o carimbo ocorre no entorno do centro da moeda. Moedas que já haviam recebido o carimbo do Ceará devem ter recebido o Carimbo Geral mais próximo da orla (quando não sobrepõe o primeiro). Sendo assim, a disposição Carimbo Geral no Centro e Carimbo do Ceará próximo da orla é muito suspeita. Deve-se analisar com cuidado, pois a possibilidade de tratar-se de falsificação é muito grande.



[23] CAVALCANTI, 1983. p.462.

4) O Carimbo do Ceará destinava-se exclusivamente a marcação do cobre, não devendo aparecer em moedas de qualquer outro metal. No entanto, desde há muito tempo, foram identificados algumas raríssimas moedas de 960 réis de prata que receberam esta contra-marca por engano. Este fato estimulou certos falsificadores ambiciosos a produzir mais esta "raridade", lançando, de vez em quando, um patacão com o carimbo do Ceará[24]. Ao se deparar com uma destas, parta do princípio que são falsas, até uma análise mais detalhada do cunho.

5) Baseado também na idéia de "produzir raridades" outros espertalhões passaram a dar duas carimbadas na mesma moeda. Ora, se o primeiro carimbo está em bom estado, para quê carimbar novamente? Se não há explicação para o fato, então nada justifica comprar uma "raridade" dessa! Para quem imagina que podem ter sido produzidas por distração, a freqüência com que aparecem no mercado pode facilmente derrubar esta idéia. Nesta plêiade de "raridades" encontra-se carimbo falso até em moeda colonial hispano-americana de 8 reales! Qual será o próximo passo ousado desses espertalhões? Aplicar a contra-marca em moeda colonial de ouro? Depois deste ultraje à numismática brasileira, pode-se estipular o valor de venda para tais moedas igual ao valor do peso do metal, pois só para utilização do metal serviriam estas.

6) Atenção especial deve ser dada para as moedas que, pela aplicação da lei, não deveriam ter sido contra-marcadas. São elas de V, 10, 37 ½ e 75 réis. Embora algumas tenham sido punçadas por engano, a maioria que aparece é falsa.[25]

7) Existem carimbos raros com uma estrela e a letra C no seu interior, com e sem ponto. Há, ainda, um segundo, de forma retangular, dentado, com a letra C no interior. Esses,

---

[24] PROBER, 1966. p.125.
[25] PROBER, 1957. p.145
[26] Idem.

da mesma forma, foram atribuídos ao Ceará. Embora, Kurt Prober os tenha considerado como ensaios da referida contra-marca no "Catálogo de Moedas Brasileiras de Cobre"[26], posteriormente descartou o de forma retangular (dentado com o C) e o classificou no "Catálogo das Moedas Brasileiras" como "Carimbo Particular" sob os números 48 e 49. Tal destino poderá ocorrer com os outros em forma de estrela. Cumpre lembrar que o regulamento da lei 53, no capítulo IV, art. 62[27], refere-se a este carimbo como "punçada no Ceará com uma estrela sobre algarismo com as letras CEARÁ". Portanto não deveria ser conhecido outro carimbo à época.





8) Por ignorância ou brincadeira, existem carimbos falsos que ostentam no interior da estrela nomes como: CIARA, SIARA, SEARA, ACARA, CAERA, CARAE, etc[28]. A grafia do nome da província não era, normalmente, do conhecimento das pessoas que viviam mais distantes. Algumas destas formas de escrita parecem indicar falsificações antigas, pois alguns destes erros aparecem em correspondências da época, mesmo de pessoas ilustres que viviam na Corte no Rio de Janeiro[29]. Também poderiam ser ensaios malfadados (pouco provável. . .). No entanto não circularam. Mera curiosidade numismática. . .

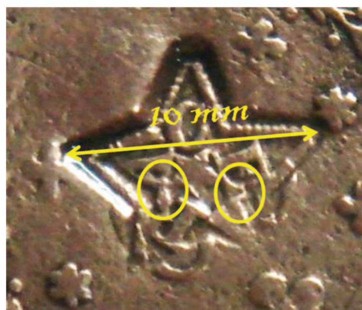
[26] Idem.
[27] CAVALCANTI, 1983. p.462.
[28] PROBER, 1966. p.125.
[29] Nota: o Ministro Castro e Silva grafava Seará em algumas de suas cartas.

Diante de tamanha diversidade e tal falta de documentação, fica difícil eleger um carimbo genuíno. Portanto apoiemo-nos nos estudos de Kurt Prober, no qual aponta o carimbo abaixo reproduzido, como sendo genuíno. Este tem as seguintes características:

a. Perna inferior do E encosta na perna esquerda do A seguinte, perpendicularmente;
b. Rabicho do R entra pela perna esquerda do A seguinte;
c. Dimensão de 10 mm de uma ponta da estrela externa à outra oposta.



Imagem retirada do catálogo das Moedas Brasileirasde KURT PROBER (2° ED. 1966)



Identificar todas as falsificações desta contra-marca é um trabalho árduo e quase impossível, visto existirem em grande quantidade. Resta-nos apenas eleger o Carimbo Campeão. O campeão das falsificações! Há realmente um cunho de fôlego inesgotável que acumula pontos (negativos) em quase todos os critérios de avaliação. E para piorar a situação, de cada 10 carimbos postos a venda cinco ou seis são do cunho campeão. Por isso, segue uma imagem bem clara deste para facilitar a identificação por todos os colecionadores.



Não queremos dizer com os fatos expostos acima que os carimbos falsos não devem ser negociados, pois eles têm o seu valor. Quando identificamos um carimbo inegavelmente falso, seus detalhes de cunho podem nos ajudar a identificá-lo em outras moedas cuja aplicação não suscite desconfiança e que, sem o conhecimento prévio, nunca poderíamos identificá-lo. No entanto, devem ser vendidos sob a advertência de serem falsificações.

Uma consideração importante é o fato de que o carimbo campeão, por ser um carimbo bonito e bem feito, normalmente é vendido por preços mais elevados do que o genuíno.

Ressaltamos que nestes casos de falsificações, normalmente, o vendedor e o comprador são vítimas. O vendedor por ser ludibriado por espertalhões e com isso perder credibilidade de seu negócio, o comprador por adquirir peças sem valor numismático. Esperamos que, brevemente, novos artigos possam identificar outras peças falsas e, com isso, dar maior credibilidade à numismática nacional.

Referências

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Marinha Imperial versus Cabanagem.** Imprensa Naval. Rio de Janeiro. 1943.

BRASIL. Assembléia Legislativa. **Falla com que o Exm.o Prezidente do Ceará abrio a Segunda Sessão Ordinária da Assemblea Legislativa da mesma província no dia 1o de agosto de 1836.** Typ. Patriótica, Fortaleza, 1836.

BRASIL. Assembléia Legislativa. **Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 07 de maio de 1834.** Typographia Nacional. Rio de Janeiro.1834

BRASIL. Assembléia Legislativa. **Relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda a Assembléia Geral Legislativa a 08 de maio de 1835.** Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1835.

Carta de Manoel do Castro e Silva a José de Alencar escrita em 02 de janeiro de 1835. Anais BN, 1966, vol. 86.

Carta de Manoel do Castro e Silva a José de Alencar escrita em 14 de março de 1835. Anais BN 1966, vol. 86.

Carta de Manoel do Castro e Silva a José de Alencar escrita em 18 de outubro de 1835. Anais BN, 1966, vol. 86.

Carta de Manoel do Castro e Silva a José de Alencar escrita em 19 de novembro de 1833. Anais BN 1966, vol 86.

CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional.** Coleção Temas Brasileiros. Ed. Universidade de Brasília. Brasília. 1983.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Presidentes do Ceará durante a Monarquia.** Vol. 2. Gráfica O Povo LTDA. Fortaleza, 1973.

PROBER, Kurt. **Catálogo de Moedas Brasileiras de Cobre.** Monografias Numismáticas volume IX. 1957.

PROBER, Kurt. **Catálogo das Moedas Brasileiras.** Gráfica Canton Ltda. 2ª Ed. São Paulo. 1966.

Vida Econômica e Financeira do Brasil. Conferência realizada pelo Dr. Amaro Cavalcanti a 05 de setembro de 1914. Anais BN 1916 vol 38.

Dinheiro particular na cidade de Taquara em 1900

Claudio Schroeder

Comunicação apresentada no Raízes de Taquara - XIX Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, ocorrido em Taquara/RS entre 28 de março e 02 de abril de 2008 sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Por "dinheiro particular" entendem-se fichas, metálicas ou não, emitidas por particulares, por estabelecimentos comerciais e por industriais e mesmo por autoridades públicas para suprir a falta momentânea de troco no meio de seus empregados, mas que muitas vezes passam a ter aceitação entre a população em geral e as vezes em outra região.

A ciência que estuda as moedas é conhecida como Numismática. Em Taquara, existe um Clube Filatélico e Numismático. O mesmo realiza, reuniões mensais e um encontro nacional de colecionadores de moedas e de cédulas. Para outras informações segue o site do clube: www.cfnt.org.br. Além de incentivar o colecionismo de moedas e de cédulas, o site apresenta uma coleção de fotografias antigas de Taquara. O objetivo dessa coleção é divulgar, com a facilidade que a *Internet* possibilita, imagens relacionadas com a história da cidade e da região originadas de diversas fontes. A *coleção virtual* é composta por cartões postais, por fotos, por ilustrações, por documentos e por demais objetos que estão constituindo uma "Iconografia Taquarense" ordenada por data. Com esse proceder, o Clube divulga o acervo do colecionador e evidencia a importância social de colecionar.

A emissão de dinheiro particular é proibida por lei, mas foi muito utilizada no passado e ocorre, ainda hoje, sempre que falta dinheiro oficial numa região. Os exemplares, confeccionados em diferentes tipos de materiais, circulam com um valor predeterminado pelo emissor e pelo comércio local. O emissor geralmente é um comerciante de boa reputação e com crédito na localidade. O período dessa circulação é semelhante ao período de escassez de dinheiro oficial. Com a

reposição do dinheiro oficial, pelo governo, a moeda particular perde o valor sendo recolhida pelo emissor num prazo determinado. Os usuários desse dinheiro, comerciantes e consumidores, agem com rapidez para realizar a troca dos exemplares com o emissor, moeda particular por moeda oficial, objetivando não ficar com prejuízo.

Moeda particular é um assunto que a população conhece na prática. O estudo numismático dessas peças é extremamente difícil. Isso porque, hoje em dia, só existem os exemplares sem registros históricos sobre o emissor, sobre o total emitido, sobre o período de circulação e etc.

A numismática faz a sua parte recolhendo as peças como objetos monetiformes, mas a história da maioria e sua ligação com o meio circulante ainda está em aberto. A pouca informação hoje conhecida foi transmitida oralmente, o que dificultará ainda mais as pesquisas no futuro. Além de citações em antigos catálogos e livros de numismática, os registros impressos dessas moedas estão nas notícias do comércio e da industria publicadas nos jornais de cada região. Aqui surge outro problema, as coleções desses jornais estão em acervos distribuídos por vários museus e bibliotecas, geralmente não sendo séries completas. Em suma, ainda falta verificar muita coisa. Solicito auxílio para registrar a história desses exemplares de "dinheiro" ligados com a cidade de Taquara e seu comércio por volta do ano de 1900.

Essa prática, emitir moeda particular, foi usada em várias Províncias do então Império do Brasil, levando o governo a criar uma comissão de inquérito encarregada de verificar as emissões abusivas, ilegais ou criminosas. No relatório de 1859, está descrito o número de vales e bilhetes usados por fazendeiros e companhias particulares em diversos lugares. Nesse mesmo relatório, é demonstrada a utilização de bilhetes de ônibus e barcas, apesar de, muitos deles apresentarem a indicação "Não é Trocavel" ou "Sem valor para Troco". O abuso chegou a tal ponto que as próprias municipalidades emitiram títulos ao portador. Os constantes avisos do governo pedindo a seus delegados estaduais providências a respeito só surtiram efeito depois da lei de 31 de Dezembro de 1898 que proibia a circulação desses bilhetes e títulos, mas principalmente depois que o governo mandou cunhar maior quantidade de moeda de níquel e cobre. *(Nilza Botelho, Contribuição ao estudo da moeda fiduciária no Brasil emitida pelos particulares, Revista Numismática, São Paulo, Sociedade Numismática Brasileira,1946).*

Cito alguns exemplos de moedas particulares aqui do estado: Brizoleta; fichas de Bonde da Carris; além de outros mais recentes como o vale refeição (agora substituído por cartão magnético) e o vale transporte. Todos esses foram aceitos no comércio como se fossem moeda oficial.

Para auxiliar nos registros futuros informo alguns tipos de objetos que podem ser classificados como dinheiro particular sendo fundamental comprovar o valor circulatório.

A) Fichas de Consumo. Troca-se o dinheiro legal num determinado local recebendo-se fichas para serem gastas.

B) Fichas de Trabalho. Recebiam fichas pelo trabalho feito. Essas poderiam ser trocadas por mercadorias.

C) Contramarcas particulares. Marca posta na moeda legal, em curso ou desativada, que voltava a circular com novo valor.

D) Moeda Fiduciária Particular. Vales impressos emitidos por particulares, por comerciantes, por industriais, pelo Município e pelo Estado.

O dinheiro particular na cidade de Taquara circulou por volta do ano de 1900 no comércio junto com o dinheiro oficial da época. Consegui registrar exemplares de metal e papel emitidos por comerciantes de origem germânica.

Moeda Metálica Particular de Taquara. Localizei um exemplar que está ligada ao nome da família Korndörfer, imigrantes germânicos que aportaram no Brasil em 1827.

Pelo histórico da família e pela legenda da moeda, o responsável por essa emissão possivelmente foi Heinrich Martin Korndörfer, nascido em 1868 e falecido em 1940. Heinrich, filho de Wilhelm Korndörfer e Sofia Elisabeth Krumenauer, foi comerciante em Taquara entre 188? e 190? trabalhando com o nome de H. M. Korndörfer. Foi casado com Leopoldina Jung.

O processo de confecção de “moeda particular” deveria ser prático e de baixo custo, pois a sua utilização era temporária. Conheço exemplares impressos em papel e em cartão e exemplares cunhados ou estampados em prata, em cobre, em latão e em metal branco.

A moeda da firma H M Korndörfer foi elaborada por estampagem de uma fina folha de cobre num molde com as legendas e o valor. Com esse processo o reverso da peça mostra os dizeres impressos ao contrário. Essa confecção “por estampagem” produz um exemplar mais simples com custo mais baixo se comparado com a confecção de uma moeda pelo processo de cunhagem o qual necessita de um disco mais espesso. A durabilidade da peça estampada é menor, ocasionando a perda da moeda devido a qualquer dano na fina folha de metal. Isso explica a raridade desse exemplar, que foi produzido em cobre.

Tenho registro dos seguintes exemplares:

Vale em réis de H M Korndörfer 189?, de Taquara, RS. **500 réis.** Cobre, 33 mm, uniface. Na legenda ao redor acima H. M. KORNDÖRFER, abaixo TAQUARA. Separadas por dois conjuntos de três estrelas. No centro em três linhas VALE/500/RÉIS, dentro de um círculo. Citada por Ludolf, n 604, na coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. **200 réis.** Cobre, 32 mm, uniface. Na legenda ao redor acima H. M. KORNDÖRFER, abaixo TAQUARA. Separadas por dois conjuntos de uma estrela. No centro em três linhas VALE/200/RÉIS, dentro de um círculo. Exemplar na coleção Ana Lúcia Schweitzer, Taquara.



Papel Moeda Particular de Taquara. Localizei dois exemplares que constam no livro *A Moeda Fiduciária no Brasil. 1771 até 1900*, editado em Zurich em 1903 e reeditado em 2006 pelo Museu de Valores do Banco Central. Esse é o 3º volume do estudo O Meio Circulante no Brasil 1645-1900 de Julius Meili (1839/1907). No capitulo “Vale de Companhias e Particulares” está registrado o que segue:

N.º 1413 Vale, papel fino, de Guilherme Lasch no valor de **100 réis**

Da localidade de Rio da Ilha, Taquara do Mundo Novo.

Impressor: LITH. A ENGEL.

Estampa preta, fundo branco; no verso estampa azul claro.

Guilherme Lasch, natural da Pomerânia, foi casado com Maria Elisabeth Wagner.



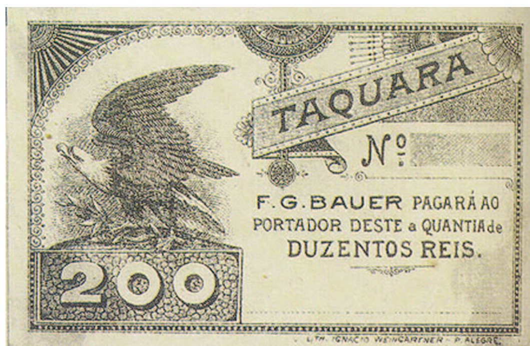
N.º 1492 Vale, cartão, de F. G. Bauer no valor de **200 réis**.

Da localidade de Taquara.

Impressor: LITH. IGNÁCIO WEINGÄRTENER – P. ALEGRE.

Estampa preta, fundo branco; no verso propaganda da casa emissora em vermelho.

Meili descreve ainda exemplares com valores de **100** e **500 réis.**



Esses sobrenomes ainda são encontrados na região. Numa busca na *Internet* localizei no site www.colono.com.br/asp/fauth09.asp o que segue: Frederico Guilherme Bauer, nascido em Taquara 10/06/1870, falecido em 01/08/1914. Casado com Liduina Fauth nascida em 27/06/1871 falecida em 10/03/1914. (filha de Jorge Fauth e Carolina Schweitzer). Tiveram os filhos Timóteo Lotário Bauer e Neli Lúcia Bauer. Será que essa família é a responsável pelo vale acima?

São esses os registros que conheço. Além de divulgar a numismática com essas linhas, gostaria que os leitores que possuem outros detalhes sobre a história desses e de outros exemplares entrassem em contato com o Clube Filatélico e Numismático de Taquara.

O preço das coisas no passado. No tempo do início da colonização alemã no estado, a terra se valorizou com o esforço do colono. Pouco antes da fundação de São Leopoldo, (1825) os terrenos na região valiam **50$000 réis** e trinta anos mais tarde estavam avaliados em **1:500$000 réis.** O território da Colônia estava avaliado em **1:882:500$000 réis.**

Consta que a colônia de *Mundo Novo* fora uma antiga sesmaria, concedida em 1814, a Antônio Borges de Almeida Leães. Sua viúva Libania Correia Leães, em 1845, vendeu, por **9:000$000 réis**, essa fazenda a Jorge Eggers e Tristão José Monteiro, em sociedade. Logo após Eggers e sua esposa Margarida, venderam a Tristão Monteiro, por ***cinco contos,*** não só a parte que lhes correspondia, como terras adjacentes que tinham comprado a André Manique e sua esposa. Único proprietário dessas terras Tristão Monteiro tratou de colonizá-las em 1846. *Mundo Novo* prosperou grandemente dando origem ao importante município de Taquara.

Em 1852 se gastava **6$000 réis** para assinar semestralmente o jornal alemão *Der Colonist* editado em Porto Alegre por Afonso Mabilde. Esses valores devem ser lidos da seguinte forma: 1$000 = mil réis e 1:000$000 = Um conto de réis. Que conta deve ser realizada para atualizar essas quantias para o dinheiro atual? Mas, antes disso, se tens vontade de conhecer esse dinheiro antigo participe do encontro mensal de colecionadores de moedas do CFNT nas dependências do Clube Comercial de Taquara.

960 RÉIS, 1815 R

Claudio Schroeder

PATACÃO sobre Dólar Norte Americano de 1798 (U.S. bust Dollar) venda de uma moeda em abril de 2008

Um dos quatro exemplares conhecidos e registrados com fotografia, raridade clássica da numismática brasileira no tema *Base de Patacão,* foi ofertado a venda em leilão publico no mês de abril na América do Norte. O leilão de moedas foi realizado pela firma *Ponterio & Associates, Inc.* nos dias 25 e 26 de Abril de 2008. Catalogo e demais detalhes na Internet: **www.ponterio.com** na opção *current sale* veja o lote 1658.

Em 1998 a *Ponterio & Associates, Inc.* vendeu outro 960 réis (1818 R) sobre essa base. O preço final foi de US$ 10.500,00 dólares. Nessa ocasião, para registrar essa venda, pesquisei o assunto e consegui localizar outros três patacões recunhados sobre dólar norte americano. Divulguei, em 1999, essa pesquisa em quatro artigos no boletim da Sociedade Filatélica Rio Grandense, com ilustrações das moedas conforme segue:

960 réis de 1810 R sobre dólar 17 (?) – Ex-coleção clássica de São Paulo

960 réis de 1815 R sobre dólar 179 (8?) – coleção Porto Alegre

960 réis de 1818 R sobre dólar 1799/8 – Ponterio, 1998, n. 10, coleção São Paulo

960 réis de 1823 R sobre dólar 1798 – Guimarães, 1972, n. 1068c, coleção Salvador

Em 2002 Levi no seu estudo *Os Recunhos de 960 réis / The 960 réis Overstrikes* repete esses registros citando *sem confirmação comprovada* outras cinco moedas de 960 réis sobre Dólar Norte Americano.

O preço final desse exemplar (ex-coleção Porto Alegre) vendido agora foi US$ 14.000.00 dólares.

Numismata KURT PROBER morre aos 99 anos[1]

Claudio Schroeder

O numismata, naturalizado brasileiro, Kurt Prober, principal pesquisador e escritor contemporâneo da Numismática Brasileira, morreu na madrugada do dia 23 de março último, aos 99 anos, na cidade do Rio de Janeiro segundo informação de sua família recebida agora em julho. Com o "peso" da idade e o agravamento da sua saúde física, mudou-se da casa da Ilha de Paquetá para o apartamento no centro do Rio de Janeiro. Iniciou o ano de 2008 internado no hospital, onde passou seu último aniversário, falecendo na madrugada do domingo de Páscoa. Seu corpo foi cremado dois dias após.



KURT PROBER 33∴.

*12.03.1909, Berlim - †23.03.2008, Rio de Janeiro

---

[1] Numismat Kurt Prober dies at the age of 99. The major researcher of Brazilian Numismatics died in Rio de Janeiro, on March 23rd., 2008. Prober was born in Berlin on March 12th., 1909 and was naturalized brazilian in 1936. He was life member number 95 of the American Numismatic Association. He wrote and published several Brazilian Numismatics studies about coins, counterstamped coins, counterfeit coins, gold bars, medals and related legislation*. He also was a professional journalist and an active Mason.

* Futurely, I will be providing a complete bibliography of his published numismatic work.

Kurt Prober nasceu em 12.03.1909 em Berlim, filho de Max Prober e Anna Virchow Prober. Chegou ao Brasil por volta do ano de 1920, fixando residência no Rio de Janeiro. Naturalizou-se brasileiro em 19.10.1936, sendo autor de vários estudos importantes sobre numismática brasileira. Entre esses destaco o *Catálogo das Moedas Brasileiras, Rio: Livraria Kosmos Editora, 1981.* Essa é a terceira edição da obra que influenciou outros estudo sobre numismática brasileira. A quarta edição atualizada começou a ser idealizada mas não foi elaborada. Associado de várias agremiações de numismática brasileiras e estrangeiras entre essas: membro vitalício, número 95, da American Numismatic Association; fundador e Presidente da Associação Brasileira de Numismática (Rio de Janeiro); e autor de livros sobre numismática brasileira e estrangeira - recebendo prêmio da República Dominicana por um dos seus estudos estrangeiros. Nesses últimos anos, estava reservado na execução de outras tarefas diárias e afastado da numismática.

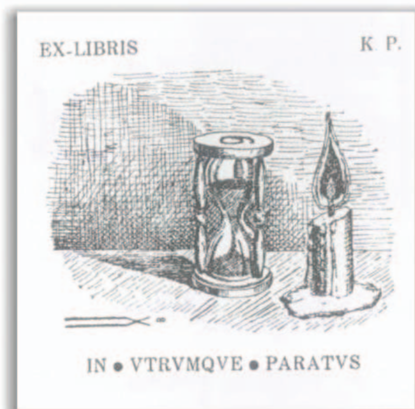
Com relação a numismática brasileira, foi colecionador, estudioso, editor e comerciante. Autor de estudos clássicos sobre moedas, medalhas e legislação monetária, tendo seus estudos citados por novos pesquisadores. Dentro da ótica de verificar e conferir com profundidade o assunto que estava estudando, Prober acabou tornando-se “a referência” dentro da numismática brasileira. Tratou de assuntos na época não divulgados, como, por exemplo, a falsificação de moedas para enganar colecionadores. Participou de polêmicas com outros estudiosos e divulgou documentos inéditos.

Seus métodos de estudo e classificação estão em suas publicações que editou por conta própria desde 1939 até 1990. Cito, em especial, o jornal *Numismática,* de 1949 até 1968; participações em revistas de sociedades numismáticas; e a série de *Monografias Numismáticas* que atingiu alguns volumes, sobre assuntos variados abrangendo moedas em geral, moedas contramarcadas, moedas falsificadas e barras de ouro. Todas essas obras são clássicas e consideradas no meio numismático internacional como “de referência”. Divulgou a história de alguns artistas e gravadores ligados a numismática, bem como, registros de coleções e colecionadores. Destaco ainda seus estudos sobre medalhas e moedas fiduciárias. Foi comerciante numismático responsável. Comprou e vendeu algumas das importantes coleções numismáticas formadas durante um certo período de tempo no Brasil.











A fotografia de Kurt Prober que ilustro é datada de 1989. A mesma está no seu livro *Ouro em Pó e em Barras Meio Circulante no Brasil 1754-1833 2 vols., Rio 1990.* Registro ainda que essa publicação ilustra outra foto do autor apresentando uma conferência sobre o mesmo assunto, "barras de ouro", na Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1940. Sobre a inclusão de sua fotografia atualizada no livro, Prober registra : *"Dois amigos meus, que leram a "boneca" deste livro, só encontraram uma lacuna: a falta de uma foto e alguns dados biográficos do autor da obra. Eis aí a FOTO do "velhinho", tirada com a idade de 80 anos, e SEM retoque(...)"* Essa mesma fotografia foi reproduzida em duas medalhas distintas que homenageiam o autor. A emissão foi restrita

a alguns poucos exemplares, sendo o trabalho de gravação do busto de autoria do gravador Gilberto Mandarino. As duas medalhas tem 55 mm e foram cunhadas em bronze-prateado. Uma, de 1990, tem motivo maçônico e homenageia ainda a esposa de Kurt Prober "Dona Lotty"- nascida em 09.12.1906 e falecida em 15.04.2003. Essa falta abalou mais ainda sua saúde, a ponto de escrever posteriormente *"(...) Ando adoentado".* A outra medalha, de 1991, comemora os quarenta anos de fundação e a reativação da Associação Brasileira de Numismática, com sede no Rio, na pessoa do fundador e patrono Kurt Prober. Dessa última, houve a emissão de alguns poucos exemplares em prata. Em breve, pretendo divulgar uma relação de todos os seus estudos numismáticos publicados.

Além de tudo isso, foi radioamador, jornalista profissional, desde 1946, e participava ativamente da Maçonaria. Aqui sua conduta de trabalho se repetiu. Está reproduzida nos vários livros de seus estudos publicados, nas várias homenagens recebidas, no jornal maçom editado por ele, ainda em 2006 - *A BIGORNA* (publicação iniciada em 1983, que totalizou um conjunto de mais de 1500 páginas, distribuída aos estudiosos e as autoridades maçônicas) - e, no arquivo e na biblioteca maçônica, obtido com determinação e paciência.

A seguir, citação de Prober sobre sua participação na Maçonaria publicada no livro de sua autoria *História do Supremo Conselho do Grau 33.: do Brasil Vol. I / 1832 a 1927, Rio: Livraria Kosmos Editora, 1981.* Na página 405: *"Para quem ainda não conhece o Ir.: Kurt Prober, vão aqui alguns dados: Iniciado Gr.1 em 1951(...) Gr.33 em 1975(...) Recebeu 34 medalhas Honoríficas de LLoj. MMaç.:(...) Publicou até aqui (1981) 8 livros sobre Maçonaria.* Esse total aumentou, depois, para mais de 30 livros. Desse mesmo livro, na página 17: *"Pelo simples fato de ser maçom "militante" e "consciente", e ter a ousadia de dizer a verdade, seja em que circunstâncias for, e, como historiador, não ter peias em acabar com antigas lendas, inveridicas, e sobre as quais se tornou tabu sequer "pensar", quanto mais escrever, criei a fama de autor ríspido e zangado, mas o que não é verdade, como poderão confirmar os que me conhecem pessoalmente no contato diário".*

Registro, ainda, uma referência à filosofia de vida de Kurt Prober informada pelo próprio. Em um de seus diferentes Ex Libris, usado a partir de 1945, ele ilustrou uma ampulheta ao lado de uma vela acessa - o tempo se escoando e a vida se consumindo - e uma legenda latina que expressa bem o caráter estóico de Prober: "IN•VTRVMQVE•PARATVS". Por uma gentileza do amigo Alcides

Veronese, a tradução literal seria: "Preparado para uma coisa e outra" ou, simbolicamente, "Preparado tanto para a vida quanto para a morte". Prober confirma essa interpretação na variante desse Ex Libris, em uso a partir de 1981, onde, a vela está menor: foi consumida pelo fogo. Prober escreveu o que segue sobre essa variante *"(...) paulatinamente a cera da minha vela vai apagando."*

Em tempo, divulgo e registro homenagem prestada a Kurt Prober, em março de 2008, por dois clubes de colecionadores de moedas do Sul do Brasil. O fato aconteceu no dia 29 de março durante o Encontro Nacional de Colecionismo realizado pela Sociedade Gaúcha de Numismática de Porto Alegre, RGS. Não sabendo ainda da ocorrência do falecimento, a seis dias passados, aconteceu o lançamento da nova seção do site do Clube Filatélico e Numismático de Taquara, *www.cfnt.org.br*, MONOGRAFIAS NUMISMÁTICAS/CFNT. O nome da seção é uma homenagem a Kurt Prober. A frase que resume o objetivo dessa nova seção do site é: *"Temos consciência que somente por meio da leitura, pesquisa e da troca de informação podemos gerar conhecimento e assim fortalecer a formação numismática dos colecionadores".* Na seção consta o primeiro catálogo "virtual" da Numismática Brasileira. Basta acessar o site: *Catálogos de Patacões Falsos – Coleção Fernando B Correia e Moedas Abusivas – Supostas para São Paulo.* Segue o texto de apresentação da nova seção:

A seção Monografias Numismáticas/CFNT é um projeto em desenvolvimento do site do Clube Filatélico e Numismático de Taquara. Nosso objetivo é divulgar pela Internet estudos de utilidade relacionados com a numismática, especialmente a brasileira. Assim, solicitamos, a título de colaboração, a participação de pesquisadores de numismática com estudos sobre o tema. Por meio do site do CFNT os mesmos irão compor a seção "Monografias Numismáticas/ CFNT" que terá ampla divulgação com as facilidades que a Internet possibilita. Com esse proceder, além de divulgar o trabalho dos pesquisadores, buscamos de forma dinâmica ampliar a leitura dos mesmos, possibilitando a formação de colecionadores mais esclarecidos nos assuntos a serem aqui tratados. Incentivamos ainda a interação dinâmica dos leitores com o tema apresentado. Temos consciência que somente por meio da leitura, pesquisa e da troca de informação podemos gerar conhecimento e assim fortalecer a formação numismática dos colecionadores. O CFNT está fazendo a sua parte disponibilizando a presente seção de divulgação. Solicitamos

a você compartilhar suas pesquisas com o projeto Monografias Numismáticas/CFNT. Se você gostaria de contribuir, por favor, veja as normas e mande sua colaboração. Nosso email é cfnt@tca.com.br. Desde já agradecemos pela visita. Da mesma forma se você gostaria de comentar algo sobre um dos assuntos aqui tratados use o mesmo email. O nome da seção MONOGRAFIAS NUMISMÁTICAS é uma homenagem a Kurt Prober, pesquisador da numismática no Brasil. Em breve faremos uma resenha de sua vida na numismática como colecionador, comerciante, pesquisador e editor de vários estudos que ainda hoje em dia são obras de consulta. Prober completou 98 anos de vida no último dia 12 de março de 2007. Não está mais na ativa, mas sua lucidez em assuntos de numismática ainda é forte.

Catálogo Histórico Numismático - ITAÚ

Moedas Brasileiras e Barras de Ouro do Brasil 1643 – 1991
Provas de Cunho e Ensaios Monetários

Claudio Schroeder

Hans Kochmann, Catálogo Histórico Numismático – Itaú. Manuscrito com 351 folhas datilografadas; complemento de 09 folhas; versão atualizada em 07 de setembro de 2007, Itaú Numismática - Museu Herculano Pires, São Paulo 2007.

(obtive acesso, em 2007, por gentileza do autor e da direção do Museu)



Faço o registro bibliográfico, da existência, desse estudo ainda não publicado de autoria de Hans Kochmann associado mais antigo da Sociedade Numismática Brasileira. Kochmann se associou na SNB em 1953 participando de sua diretoria por 22 anos em diversos cargos. Atualmente é sócio remido. Kochmann é Perito e Avaliador Oficial em assuntos de numismática geral e medalhística honorífica e militar com serviços prestados para organizações nacionais e estaduais. Associado de outras várias agremiações numismáticas nacionais e estrangeiras entre essas destacam-se: The American Numismatic Society, The Royal Numismatic Society, as duas desde 1959 e Association Internationale des Numismates Professionnels, desde 1962.

Kochmann foi consultor contratado pelo Banco Itaú S/A junto ao Instituto Cultural Itaú, realizando entre outros a elaboração do presente estudo numismático, que ainda permanece inédito, com informações coletadas durante mais de 40 anos. Demissionário por motivo de saúde, Kochmann encerrou suas atividades numismáticas, mas dentro do possível realizou a atualização desse estudo com informações fornecidas por José Benedito de Moura e Wilson Honorato Rodrigues.

Conforme o autor registra na apresentação da obra: *O catálogo inclui todas as moedas brasileiras, de todos os metais cunhados, com sua respectiva classificação em ordem cronológica, e as mais importantes variantes de cunho até hoje conhecidas, tudo com a devida apresentação por reinados, metais, valores, Casas da Moeda e anos de cunhagem. É iniciado por uma série de elementos textuais, dando ao leitor todas as informações sobre a numismática nacional, seguido pelo catálogo de moedas dividido por reinados, sempre iniciados com breves informações históricas, passando para a classificação das moedas por metais, começando pelas moedas de ouro, com os valores nominais de forma decrescente, na seguinte ordem:*

Pernambuco – Ocupação Holandesa,

Carimbos coroados brasileiros,

Brasil – Colônia,

Brasil – Reino Unido,

Brasil – Império,

Brasil – República,

Barras de Ouro do Brasil,

Ensaios Monetários e Provas de Cunho,

Glossário Numismático,

Bibliografia.

Hans Kochmann faleceu em 09.07.2008 na cidade de São Paulo.

Falsificações Chinesas

Estamos em um momento muito preocupante para a numismática brasileira, demorou, mas os chineses começaram a falsificar as nossas moedas e de imediato, começaram com as melhores da fase Império e República.

Em todo o mundo verificamos a existência dessas peças, que eles insistem em dizer RÉPLICAS, mas sem nenhuma marca que indique tal situação.

No campo da numismática brasileira, já foi constatado o aparecimento das seguintes moedas:





2000 réis 1859





2000 réis 1866





2000 réis 1867



2000 réis 1886 – Proof

Foi verificado que existem diferenças de pesos e alguns detalhes que as diferenciam das originais, mas para o colecionador iniciante passa despercebido. Os pesos das peças de 2000 réis giram em torno de 21 e 21,5 gramas; enquanto a original tem seu peso fixo em 25,5 gramas.



4000 réis 1900 – Comemorativa aos IV Centenário da Descoberta do Brasil



Verdadeira *Falsa*

A moeda de 4000 réis tem a diferença de um raio que encosta na legenda PEDR´ALVARES CABRAL e pesa quase 51 gramas, peso igual à original.

A SNB vem com esse anúncio cumprir seu papel de alertar aos nossos associados, para mais este golpe que atinge a numismática brasileira. E para ilustrar esse caso, segue um recorte de jornal da década de 50, do século passado, aonde consta o aparecimento de falsificações de moedas, inclusive da citada 4000 réis do descobrimento e já naquela época a SNB já comunicava a todos sobre a falsificação. Agradecemos o Sr. Jair de Almeida Branco, numismata da cidade de Sorocaba – São Paulo, por enviar-nos o recorte.

SOCIEDADE NUMISMATICA ALERTA OS COLECIONADORES

Invadida a cidade por nova leva de moedas raras falsas

Não são autenticas as moedas de ouro de 20$000, ano 1867, e de prata de 4$000, ano 1.900, que estão circulando na Capital — Acredita-se na existencia de quadrilha de falsificadores — Seriam cunhadas no Paraná

Há cerca de uma semana aproximadamente, a Sociedade Numismatica Brasileira distribuiu comunicado alertando os colecionadores de moedas sôbre a circulação, na praça, de uma grosseira falsificação de uma moeda de ouro de 20$000, do ano de 1867, com a efigie de Dom Pedro II. Tratando-se de peça rara está cotada a onze mil cruzeiros.

Não é de hoje que espertalhões se infiltram em meio aos aficionados da numismatica para, através de ardis os mais diversos, passarem moedas que êles próprios fabricaram. Acredita-se tratar-se de verdadeira quadrilha que, de quando em quando, coloca, na praça moedas falsas.

MAIS UMA EM CIRCULAÇAO

Foi através de um dos diretores da Sociedade Filatelica e Numismatica de São Paulo — sr. Othelo Paneta — que a reportagem tomou conhecimento de outra moeda que vem circulando sem qualquer valor numismatico, por tratar-se de falsificação.

— "Descobri há questão de quatro dias que além da moeda de 20 mil reis, ouro, datada de 1867, tambem está circulando uma de prata do ano de 1900, do valor de 4 mil reis. Uma destas moedas foi-me oferecida em minha casa de selos, por um cidadão. Este fato foi testemunhado por um conhecido numismata de São Paulo, o sr. João de Agustinis. A verdadeira moeda de prata de 1900 pesa 50 gramas. A efigie é de Pedro Alvares Cabral e há três tipos diferentes. Na mão de Pedro Alvares Cabral há uma estrela que emite raios; uma delas tem 14, outra 16 e a mais cara dezoito raios. A falsificada é a justamente que tem 18 raios. Aos colecionadores aqui fica o brado de alerta. E' facil conhecer-se a moeda falsificada. A serrilha das verdadeiras é uniforme, mais fina e não atinge as extremidades da moeda. São ainda côncavas. O espelho — partes da moeda que não recebem qualquer especie de gravação — são bem lisas. Essas moedas falsificadas têm a serrilha atingindo ambas as extremidades da moeda. O espelho é todo poroso — são feitas em modelos de gesso. E, para colimar a identificação, há que se ver ainda o peso. Os catalogos acusam o peso de 18 gramas para as moedas de ouro e o de 50 grs. para as de prata. As falsificadas pesam menos de 18 grs. e 65 grs., respectivamente".

VEM DO PARANA'

Na firma do sr. Othelo Paneta, encontrava-se um aficionado da numismatica, sr. Antonio Francisco Mucciolo, que a respeito das falsificações de moedas raras, denunciou:

— "Todas as vezes que descobrimos moedas raras falsas em circulação, as entidades que congregam os colecionadores realizam, às suas próprias expensas, várias investigações. Posso adiantar que todas elas têm um fio que nos conduzem ao Paraná. Uma vez em Curitiba, outra vez em Londrina, e assim por diante, acabamos verificando que no Estado vizinho reside, com toda a certeza, a quadrilha que vem agindo, há anos, impunemente, em todo o territorio nacional. No que diz respeito a essas duas moedas — uma delas conhecida agora do grande publico através desta reportagem — investigações estão sendo levadas a efeito e talvez possamos identificar e denunciar o falsificador. Conheço vários amigos colecionadores que já cairam nesse conto da moeda de ouro de 1867. Três deles foram ludibriados na Feira da Praça da Republica, logradouro onde se reunem, todos os domingos, grupos de filatelistas e numismatas. E' essa, aliás, a prova máxima de que essa feira perdeu a sua finalidade cultural e se transforma em centro de especulações filatelicas e numismaticas. E' aí que agem os espertalhões. Os incautos caem com a maior facilidade".

UNICO MEIO DE EVITAR

O sr. Othelo Paneta, posteriormente, respondendo a uma pergunta do reporter, esclareceu:

— "Não temos outro meio de evitar a falsificação a não ser alertando, publicamente, os colecionadores. Por outro lado, é necessario que os colecionadores não adquiram moedas nem selos de desconhecidos, nas vias publicas. Não custa nada tomar a precaução de consultar uma casa especializada ou os clubs que congregam os colecionadores. E' o unico meio que se tem para convencer os falsificadores que perderão tempo e dinheiro com a fabricação dessas moedas".

O Dia do Numismata

Transcrição da Revista Numismática – Ano II – nº 2 - 1934

Atendendo sugestões do eminente filatelista e numismata Dr. Ruy Vargas, Presidente da União Filatélica Porto Alegrense e de vários colecionadores desta Capital, e tendo em vista a que várias classes têm o dia de sua festa, resolveu a Sociedade Numismática Brasileira instituir o Dia do Numismata.

Após vários debates, ficou deliberado que o dia comemorativo dos numismatas seria o 1º de dezembro, data essa que relembra a coroação do nosso primeiro Imperador, D. Pedro I e também da cunhagem da primeira moeda do Brasil Independente, isto é, a moeda de 6$400 de 1822 R, denominada nos meios numismáticos de “Peça da Coroação”.



Deliberou ainda a Sociedade Numismática Brasileira comemorar dignamente a data com uma sessão solene para a qual convidará a Imprensa da capital, todos os colecionadores e amigos da numismática e inaugurar nesse dia uma exposição numismática, para a qual concorrerão todos os membros da nossa Sociedade.

Desde já, a Sociedade Numismática Brasileira, dirige um apelo a todos os numismatas do País, no sentido de nos auxiliarem para que possamos comemorar com o brilho de que é mister a data que muito cara nos deve ser, enaltecendo desta forma a nossa cara Pátria no conceito das nações civilizadas.

Instituindo, pois, como acaba de verificar, o Dia do Numismata, esperamos o concurso de todos os amantes deste proveitoso ramo de arqueologia para que possa a mesma se desobrigar do encargo que ora assume, como o brilho de que é digna tão auspiciosa data.

Literatura Numismática – Lançamentos



O pré-lançamento do livro A CASA DA MOEDA DE SÃO PAULO, A PRIMEIRA DO BRASIL, E OS MEIOS DE PAGAMENTO EMITIDOS NESSA CIDADE, do arquiteto Alfredo O. G. Gallas e de sua esposa, a engenheira Fernanda Disperati Gallas, a ser realizado no VI Congresso Latino Americano de Numismática, vem preencher algumas lacunas na historiografia monetária de São Paulo.

Iniciando em 1532, com a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza ao litoral de São Vicente, o livro conta de maneira inovadora e concisa, apoiada em imagens inéditas, as condições iniciais encontradas pelos portugueses para o domínio da região e relata as primeiras notícias da ocorrência de ouro na América portuguesa. Narra também a epopéia dos caminhos para a conquista do planalto.

Partindo da tese do engenheiro-historiador Affonso d'Escragnole Taunay, apresentada no I Congresso Brasileiro de Numismática, realizado em 1936, os autores retomaram a ocorrência das cunhagens primitivas no Brasil, com o primeiro ouro encontrado no país, no

Pico do Jaraguá. Fundamentados em novos dados, documentos e imagens, colhidos nos acervos do Arquivo do Estado de São Paulo, na Casa da Mateus, em Vila Real, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca da Universidade de Zurique, além de documentos de seu acervo pessoal e vasta bibliografia, Alfredo e Fernanda reforçaram a demonstração de Taunay e introduziram novos dados sobre a existência e localização da Casa da Moeda de São Paulo, provando definitivamente a sua existência como precursora das oficinas monetárias itinerantes.

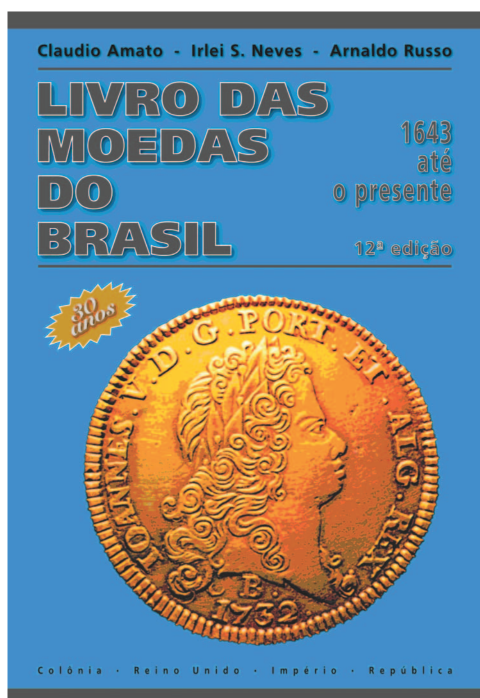
O livro apresenta também as quatro emissões de meios de pagamento ocorridas em São Paulo, iniciando com o cobre de 80 réis, no primeiro Império, as raríssimas cédulas do Caixa São Paulo do Terceiro Banco do Brasil, e as circunstâncias em que foram emitidas, além das emissões particulares do Banco de São Paulo e do Banco União de São Paulo, relatando a história desses bancos e a sua localização na cidade. Por último, o livro apresenta os bônus da Revolução de 1932, acompanhados dos cartazes do movimento, que retratam tão bem o estilo da época, bem como as principais personalidades envolvidas nessas emissões.

O livro, em edição de luxo, poderá ser adquirido na SNB, nas livrarias, com os principais comerciantes numismáticos do país ou dos autores, sendo que, no pré-lançamento, será oferecido aos participantes do evento exemplares autografados e um desconto especial. Uma boa oportunidade para enriquecer sua biblioteca ou mesmo para um elegante presente de Natal.



Foi lançado pelo associado Eduardo Cavalcanti de Mello, de João Pessoa na Paraíba, o livro **"A História dos Bancos na Parahyba"**, edição do autor, com 240 páginas. Este livro, contou com o importante apoio do Banco do Brasil, nas comemorações de seus 200 Anos, onde foi montada uma exposição de documentos e peças do Banco do Brasil, do acervo do autor. Conta, com farta iconografia, um pouco da história dos bancos criados na Paraíba, bem como dos bancos que abriram agências em terras paraibanas, desde o primeiro banco, o Banco do Brasil.

Após um retrospecto da história dos bancos desde a antiguidade até a evolução dos bancos no Brasil, busquei resgatar também a história dos bancos fundados na Paraíba. Além dos bancos mais conhecidos como Banco do Estado da Paraíba, Banco Comércio e Indústria da Paraíba e Banco Industrial de Campina Grande, temos também um pouco da história das dezenas de instituições bancárias paraibanas, tais como o Banco Central(SCRL), Banco Meirelles, Banco Real do Norte, Banco Mercantil do Norte, Banco do Comércio de Campina Grande, Banco Agrícola de Tabaiana(SCRL), Banco Agrícola de Patos(SCRL) e muitas outras. Também temos a história das muitas Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito fundadas na Paraíba.



No dia da abertura do VI CLAN, haverá o lançamento do LIVRO DAS MOEDAS DO BRASIL, 1643 até o presente, na sua 12º edição, dos autores: Claudio Amato, Erlei Neves e Arnando Russo (in memorian).

Os autores anunciaram a classificação de novas moedas e variantes, o que colabora em muito com o colecionismo da Numismática Brasileira.

Além de ser um livro aguardado por todos, colecionadores, comerciantes e pesquisadores; esta edição comemora os 30 anos da primeira edição feita por Arnando Russo no ano de 1978.

Homenagens na Sociedade Numismática

Neste último semestre, tivemos importantes homenagens para nossos associados e para a família de ex-presidentes.

Foi entregue aos nossos associados, com 25 anos de Sociedade, o título de Associado Remido, sendo os agraciados: Aparício Fernandes de Melo, Arnaldo Sergio de Mello Lima, Benedito Camargo Madeira, Eduardo Antonio Seabra, Francisco de Paula Simões Vicente de Azevedo, Gilmar Divino da Silva, Miguel Vaccaro Netto, Milton de Lima Pessoa, Mozart Steffens, Nillo Amâncio Corrêa, Otávio Anze, Sebastião Cardoso Seabra e Waldir Pereira de Siqueira.



Sebastião Cardoso Seabra recebe do Presidente Claudio Marcos Angelini



Idenyldo Silva, recebe o diploma em nome do associado Otávio Anze, do diretor Gilberto Fernando Tenor



Miguel Vaccaro Netto recebe do diretor Gilberto Fernando Tenor



Mozart Steffens recebe o título do amigo de muitos anos na numismática, Antonio André de Lima

A Sociedade Numismática Brasileira, em seu papel de preservação da cultura numismática, não poderia esquecer-se daqueles que construíram os alicerces desta entidade, não somente quando foram presidentes, mas na perseverança de sempre divulgar tão importante arte. Em justa homenagem, descerramos as placas oficiais da Biblioteca "Álvaro de Salles Oliveira" e do Auditório "José Benedito de Moura", ao qual convidamos as famílias dos homenageados para tal homenagem. Os nossos mais sinceros agradecimentos.



Zoraida Salles de Oliveira, Claudio Marcos Angelini e Cláudio Patrick Amato, no momento do recebimento das medalhas em homenagem, aos ex-presidentes, Álvaro de Salles Oliveira e José Benedito de Moura



A Família Salles Oliveira, juntamente com o Presidente Cláudio Marcos Angelini, tendo ao fundo a rica biblioteca que pertenceu ao ex-presidente